

Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Joana Maria Lopes Monteiro

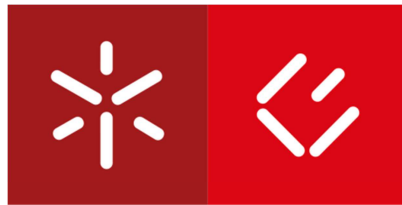
Brexit: Possíveis Cenários e suas implicações

Brexit: Possíveis Cenários e suas implicações

Joana Maria Lopes Monteiro

UMinho | 2019

outubro de 2019



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Joana Maria Lopes Monteiro

Brexit: Possíveis Cenários e suas implicações

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Economia Monetária, Bancária e Financeira

Trabalho efetuado sob a orientação da

**Professora Doutora Maria João Cabral Almeida Ribeiro
Thompson**

e da

Professora Doutora Maria Lurdes Castro Martins

outubro de 2019

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-Compartilhalgal
CC BY-NC-SA

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

“Men give me credit for some genius. All the genius I have lies in this; when I have a subject in hand, I study it profoundly. Day and night it is before me. My mind becomes pervaded with it. Then the effort that I have made is what people are pleased to call the fruit of genius. It is the fruit of labor and thought.”

Alexander Hamilton

Agradecimentos

A jornada da escrita de uma dissertação é completa de desafios e imprevistos, de alegrias e tristezas, de certezas e incertezas. Apesar do caminho solitário, esta viagem foi sempre constituída por contributos de diferentes pessoas que foram indispensáveis na descoberta do melhor rumo a seguir.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer às minhas orientadoras, a Professora Doutora Maria João Thompson e Professora Doutora Maria Lurdes Martins, pelo seu apoio, críticas construtivas, disponibilidade demonstrada e pela excelente orientação que me deram.

Aos professores que fizeram parte da minha vida pelos conhecimentos e valores que me transmitiram.

Aos meus pais, irmã e restante família que estiveram sempre presentes durante o meu percurso académico. Por mais difícil que possa ter sido devido à distância aparentemente infinita, se o prémio por esse esforço for acabar este Mestrado de Economia Monetária, Bancária e Financeira, então tudo valeu a pena.

Aos meus amigos que me apoiaram durante esta jornada. Seja pelas memórias como pelo apoio sempre demonstrado.

Gostaria de agradecer aos meus padrinhos, a quem dedico esta dissertação.

Por fim, queria deixar um agradecimento final a todas pessoas não mencionadas anteriormente, que de uma maneira indireta estiveram do meu lado durante esta fase da minha vida, dando-me a força que precisava para concluir o meu percurso académico.

Obrigada por terem sido um marco nesta fase da minha vida!

DIREITOS DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, ____ de _____ de _____

“Brexit: Possíveis Cenários e suas implicações”

Resumo

Desde o anúncio do Brexit que se tem vivido um período de incerteza, especialmente no Reino Unido e na União Europeia. Por isso mesmo, muitos têm sido os estudos realizados para determinar as suas consequências. Possivelmente serão ao nível económico, social e político. No entanto, independentemente da metodologia utilizada nos estudos realizados, todos indicam que o que ocorrerá comportará uma mudança significativa para o mundo.

Nesta dissertação, realiza-se uma análise com base nas quatro liberdades da União Europeia, de modo a compreender as possíveis mudanças, tanto para o Reino Unido como para o resto do mundo.

A metodologia usada é a realização de análises SWOT, tanto para o Brexit como para os seus cenários previstos na literatura existente.

As conclusões obtidas sugerem que o Brexit será prejudicial, a curto prazo, para o Reino Unido, sendo que logo desde o seu anúncio, muitas alterações negativas começaram a ser sentidas.

Palavras-chave: Brexit; Referendo; União Europeia; Análise SWOT

"Brexit: Possible Scenarios and their Implications"

Abstract

Brexit's announcement has started a period of uncertainty, especially in the United Kingdom and in the European Union. Many studies have since been realized in order to determine its consequences. Possibly these will be felt at the economic, social and political level. Regardless of the methods used in the studies performed, all conclude that Brexit will bring about significant changes in the world.

This dissertation presents an analysis of the Brexit, based on the four freedoms of the European Union, in order to understand the possible changes, both for the UK and for the rest of the world.

The methodology used is the SWOT analysis for both the Brexit and its scenarios provided by the existing literature.

The performed analysis suggests that the Brexit will be detrimental to the UK in the short term; moreover, its announcement has caused an immediate negative impact.

Keywords: Brexit; Referendum; European Union; SWOT Analysis

Índice

Capítulo 1 – Introdução	1
Capítulo 2 – O Brexit e a União Europeia.....	3
2.1 O Referendo.....	3
2.2 O Modelo Económico Britânico.....	5
2.3 A União Europeia.....	6
Capítulo 3 – Efeitos económicos do Brexit	8
3.1. Comércio Internacional	8
3.2. Serviços bancários e financeiros	16
3.3. População/Mercado de Trabalho	22
3.4. Investimento	26
3.5. SWOT Global.....	29
Capítulo 4 – Possíveis cenários para o Brexit	32
4.1. Quais as possíveis implicações para um cenário Brexit?.....	32
Capítulo 5 – Análise dos possíveis efeitos	44
Capítulo 6 – Possíveis Consequências.....	48
6.1. Reino Unido	48
6.1.1. Inglaterra	49
6.1.2. Escócia.....	50
6.1.3. País de Gales	50
6.1.4. Irlanda do Norte	51
6.2. União Europeia.....	51
6.2.1. Irlanda.....	54
Capítulo 7 – Alguns aspetos a atender no ponto de vista empresarial	55
Conclusão.....	56
Referências	59
Anexos	67
Ilustrações.....	67
Tabelas	70
Gráficos.....	75

Lista de siglas

BBA	British Bankers' Association
CETA	Comprehensive Economic and Trade Agreement (Acordo Económico e Comercial Global)
EEE	Espaço Económico Europeu
EFTA	European Free Trade Association (Associação Europeia de Comércio Livre)
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
GATS	General Agreement on Trade in Services (Acordo Geral sobre Comércio de Serviços)
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
NMF	Nação Mais Favorecida
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMC	Organização Mundial de Comércio
PAC	Política Agrícola Comum
PIB	Produto Interno Bruto
PIB pm	Produto Interno Bruto a preços de mercado
PME	Pequenas e Médias Empresas
SWOT	Strenghts (Forças), Weaknesses (Pontos Fracos), Oportunities (Oportunidades) and Threats (Ameaças)
UE	União Europeia

Índice de ilustrações

Ilustração 1 – Esquema sobre as liberdades do Mercado Comum	8
Ilustração 2 – Bancos nacionais ingleses	17

Índice de tabelas

Tabela 1 - Visão geral (dados de 2018)	6
Tabela 2 – Principais destinos das exportações do Reino Unido.....	9
Tabela 3 - Principais fornecedores do Reino Unido	10
Tabela 4 – Principais produtos exportados	11
Tabela 5 - Principais produtos importados.....	12
Tabela 6 – Visão geral sobre o comércio internacional	13
Tabela 7 - Grau de abertura e taxa de cobertura do Reino Unido.....	14
Tabela 8 - Receitas do Reino Unido	18
Tabela 9 - Relação cambial do dólar e do euro com a libra	19
Tabela 10 - População do Reino Unido.....	24
Tabela 11 - Indicadores económicos	27
Tabela 12 - Análise SWOT do Brexit	31
Tabela 13 - Análise SWOT do Cenário da Noruega/EEE.....	36
Tabela 14 - Análise SWOT do Cenário da EFTA/Acordos Bilaterais Setoriais.....	38
Tabela 15 – Análise SWOT do Cenário da Turquia/União Aduaneira.....	40
Tabela 16 - Análise SWOT do Terceiro país – Organização Mundial de Comércio (OMC)	42
Tabela 17 - Quadro resumo dos cenários do Brexit.....	43
Tabela 18 - Tabela resumo	46

Índice de gráficos

Gráfico 1 - PIB Nominal do Reino Unido	20
Gráfico 2 – PIB Real do Reino Unido	20
Gráfico 3 – Inflação do Reino Unido (%).....	21
Gráfico 4 – Taxa de crescimento real do PIB do Reino Unido (%)	21
Gráfico 5 – População ativa do Reino Unido (em milhares).....	23
Gráfico 6 – Taxa de desemprego do Reino Unido (%).....	23
Gráfico 7 – Origem dos imigrantes do Reino Unido, em 2017	25
Gráfico 8 – Balança de Transações Corrente com o Resto do Mundo (% PIB).....	28

Índice de anexos

Anexo 1 - Tratado da União Europeia, artigo 50º	67
Anexo 2 - Antes do Brexit (sem declarações alfandegárias)	68
Anexo 3 - Após o Brexit (necessárias inúmeras declarações).....	69
Anexo 4 - Eventos do Brexit.....	70
Anexo 5 - Resultados do Referendo	70
Anexo 6 - Quadro-resumo Comércio Internacional do Reino Unido	71
Anexo 7 - N° de emigrantes britânicos (em 2015)	71
Anexo 8 - Efeitos no Rendimento Bruto e Máximos Custos Fiscais.....	72
Anexo 9 - Países classificados pela sua exposição ao Brexit.....	73
Anexo 10 - Perdas no PIB para os vários cenários do Brexit (%)	74
Anexo 11 - Exportações Intra UE (em % do PIB).....	75
Anexo 12 - Exportações Extra UE (em % do PIB)	75
Anexo 13 - Importações Intra UE (em % do PIB)	76
Anexo 14 - Importações Extra UE (em % do PIB).....	76
Anexo 15 - Maiores exportações dos bens do Reino Unido.....	77
Anexo 16 - Maiores importações dos bens para o Reino Unido	78
Anexo 17 - Maiores importações de serviços no Reino Unido	79
Anexo 18 - Serviços exportados no Reino Unido	80
Anexo 19 - Taxa de câmbio da Libra em relação ao Euro.....	80
Anexo 20 - Taxa de câmbio da Libra em relação ao Dólar.....	81
Anexo 21 - Evolução da Taxa de Natalidade do Reino Unido	81
Anexo 22 - Evolução da Taxa da Fertilidade do Reino Unido.....	82
Anexo 23 - Movimentos Migratórios, no Reino Unido, em milhares	82
Anexo 24 - PIB per capita do Reino Unido, a preços correntes	83
Anexo 25 - Movimentos Migratórios dos Britânicos, em milhares	83

Capítulo 1 – Introdução

Devido à crise económica de 2008, a União Europeia passou por momentos de grande incerteza. Além disso, a recente crise de refugiados e, por consequência, o aumento dos ataques terroristas, fez com que aumentasse o receio no futuro da Europa, tanto a nível económico como social (Costa & Cabral, 2018).

No dia 29 de março de 2017, o Reino Unido anunciou a sua intenção de sair da União. Assim, a União Europeia está a perder um estado-membro, pela primeira vez na sua história.

O governo do Reino Unido foi liderado pela primeira-ministra Theresa May, do Partido Conservador. Tornou-se primeira-ministra em julho de 2016, após David Cameron ter renunciado ao cargo por ter liderado uma campanha que fora mal sucedida para o Reino Unido permanecer na União Europeia (Goodwin, 2017). Assim, Theresa May dirigiu-se para a sua audiência, composta maioritariamente por pessoas comuns da classe trabalhadora, na primeira pessoa declarando: *“Sei que trabalham sem parar, fazendo o melhor possível e que às vezes parece difícil. O governo que lidero não será impulsionado pelos interesses dos poucos privilegiados, mas sim dos vossos”* (Bickerton, Gudgin, & Mills, 2018).

“Para algumas pessoas o crescimento económico tem sido fraco, lento, parcial, irregular, invisível e incompleto”, afirmou, em 2016, Andy Haldane, economista-chefe do Banco de Inglaterra. Assim sendo, de algum modo, os ingleses aperceberam-se que necessitavam de um novo Modelo económico, com o Reino Unido a precisar de uma política e uma economia que atendessem às suas necessidades.

No dia 23 de junho de 2016, o Reino Unido decidiu, com 51,9% dos votos, deixar de fazer parte da União Europeia (Anexo 5). A alta participação na eleição (72,2%) assegurou que não havia dúvidas para questionar a legitimidade democrática do Referendo (Costa & Cabral, 2018). A votação do Brexit resultou em ondas de choque para o resto do mundo, abalando, desta forma, os mercados financeiros. Assim sendo, surgiu uma importante questão: será que esta decisão tem consequências para a viabilidade da União Europeia no longo prazo? (Goodwin, 2017).

Este Referendo suscitou um debate significativo e uma grande especulação sobre a intenção do eleitorado e as suas motivações no voto.

Desde março de 2017, quando o Reino Unido acionou o Artigo 50º (Anexo 1), o debate em torno do Brexit foi transformado num impenetrável conjunto de negociações entre o Reino Unido e a União Europeia.

De facto, o Brexit cria uma certa incerteza em várias áreas, sejam elas políticas, sociais ou económicas (Brakman, Garretsen, & Kohl, 2018). Portanto não só determinará o futuro do Reino Unido, mas também terá um impacto considerável no resto da Europa (Dupont, Eds, & Lewis, 2016).

Nesta tese de mestrado irei focar-me nos aspetos monetários, bancários e financeiros relativos à incerteza pós-Brexit e ao desempenho das economias da União Europeia, tal como no impacto que estas terão na sociedade.

Assim sendo, a dissertação está organizada em sete capítulos, constituindo o primeiro a introdução ao tema. O segundo capítulo faz, uma síntese sobre os acontecimentos históricos e políticos, dos últimos anos, diretamente relacionados com o tema e relativos à União Europeia e ao Reino Unido. No capítulo 3 são contemplados os efeitos económicos do Brexit, com base nas Quatro Liberdades da União, ou seja, sobre o comércio internacional, os serviços bancários e financeiros, a população e mercado de trabalho, o investimento e outros aspetos relevantes para o tema, tal como uma análise SWOT do Brexit, de forma geral, integradora com base nos resultados apresentados anteriormente. No capítulo 4 são apresentados os possíveis cenários para o Brexit, sendo feita uma análise SWOT para cada um deles, tal como as prováveis consequências destes para o Reino Unido e para a União. É no capítulo 5 que serão comparados os resultados obtidos com outros estudos já realizados. No capítulo 6, serão apresentadas as possíveis consequências para o Reino Unido e para os países da União Europeia. Por fim, no capítulo 7 serão apresentadas alguns aspetos a atender no ponto de vista empresarial.

Capítulo 2 – O Brexit e a União Europeia

Neste capítulo, procura-se fazer uma contextualização histórica sobre o Brexit e a União Europeia, com base na literatura publicada até ao presente. Desta forma, este capítulo irá ser dividido em três secções. Na primeira, estará presente uma breve cronologia sobre os eventos do Referendo do Brexit. Na segunda, será feita uma análise ao modelo da economia britânica. Por fim, na terceira secção, será explicada a importância da União Europeia atualmente.

2.1 O Referendo

No dia 23 de junho de 2016, o voto da Grã-Bretanha de deixar a União Europeia foi uma surpresa para a maioria dos observadores, com uma afluência maior de eleitores (72,2%) do que a de qualquer eleição geral do Reino Unido na última década (Zhang, 2018).

Esta campanha enfatizava a ansiedade dos britânicos em relação à imigração e a necessidade de assumir o controlo das fronteiras do Reino Unido. Os cidadãos que expressaram preocupação com a imigração para o Reino Unido foram mais propensos a votarem para sair da União Europeia (de Zavala, Guerra, & Simão, 2017).

Desde então, têm decorrido várias negociações preparatórias (Anexo 4). O Brexit estava previsto que ocorresse no dia 29 de março de 2019, pelo que poderia ter sido uma sexta-feira histórica, não só para o Reino Unido nem para a Europa, mas também para o mundo em geral, pois seria o dia da saída do Reino Unido da União Europeia (Zhang, 2018). No entanto, devido a constantes desentendimentos políticos, até ao momento, ainda não se chegou a um acordo sobre a data certa para a ocorrência do Brexit (sendo expectável que este ocorra a 31 de outubro de 2019).

O impacto da votação provavelmente será um dos maiores impactos económicos alguma vez registado nas economias do Reino Unido, tanto a curto quanto a longo prazo (Dwyer, 2018).

Após a crise de 2008, os países do sul da Europa foram satirizados como pobres e preguiçosos em contraste com os países do norte, que eram vistos como sendo ricos e trabalhadores, visto que três dos quatro países que mais sofreram com a crise localizavam-se no sul da Europa (Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda) (Costa & Cabral, 2018).

Desta forma, os valores da lealdade e da solidariedade europeias tornaram-se secundários face às dificuldades económicas. A livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais (as Quatro Liberdades Fundamentais) são a base da União Europeia e estão consagradas tanto no Tratado da União Europeia como no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. No entanto, houve a criação da ideia de que os países do sul e do leste roubariam os empregos aos cidadãos do norte. Assim sendo, criou-se uma nova onda de nacionalismo. Para os países mais pobres, foram criadas medidas de austeridade, mas, por outro lado, a União Europeia era o inimigo para os países mais ricos, pois permitia a entrada de imigrantes, sem restrições (Costa & Cabral, 2018).

Por ser um caso único desde a criação da União Europeia - nenhum outro país tentou sair ou saiu da União Europeia, tem existido muita especulação sobre o assunto e a comunidade académica tem vindo a contribuir com vários estudos (Zhang, 2018).

Houve especulações significativas sobre as características das pessoas que votariam para sair ou permanecer no Referendo.

Desta forma, um aspeto importante a ser analisado consiste em caracterizar quem votou em quê no Referendo. Ou seja, qual é a posição dos britânicos em relação ao Brexit?

Os resultados do Referendo quebraram o Reino Unido em dois. Escócia e Irlanda do Norte votaram em “ficar”, enquanto o País de Gales e a Inglaterra votaram “sair”(Costa & Cabral, 2018) (Anexo 5).

Segundo Zhang (2018), pode-se afirmar que as áreas da Inglaterra e do País de Gales com uma taxa de desemprego menor apresentaram uma maior defesa em que o Reino Unido saísse da União Europeia. Por outro lado, as áreas da Escócia e Irlanda do Norte com uma maior proporção de pessoas com nível universitário apresentam um maior apoio em o Reino Unido continuar na União Europeia. Aliás, a educação pode ser considerada como o fator predominante para dividir a nação, pois os britânicos com formação universitária tenderam a votar de forma consistente, em todo o Reino Unido, para que este ficasse na União Europeia.

Por outro lado, a campanha de abandonar a União Europeia foi caracterizada por enfatizar fatores prejudiciais (tal como a imigração ou a recessão da economia). Os eleitores com

formação universitária parecem ser mais imunes a este tipo de mensagem do que aqueles que não a têm.

2.2 O Modelo Económico Britânico

Segundo Bickerton et al. (2018), a economia do Reino Unido já foi uma economia corporativista. As relações entre o trabalho e o capital foram coordenadas através de intervenções do governo central nos mercados de produtos e trabalho.

Já na década de 70, o Estado e o mercado desempenharam um importante papel, em que a política económica incluía taxas alfandegárias sobre o comércio, o controlo de capital, as indústrias especializadas e sobre os salários.

Nesta altura, o Reino Unido passou por um longo período de protecionismo, no entanto, a sua adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE) teve efeitos favoráveis na produtividade (Crafts, 2016).

Por outro lado, nos anos 80, o Reino Unido fez a transição para um Modelo diferente de política económica, com a desregulamentação dos mercados de trabalho e produtos, a desregulamentação financeira e a privatização de indústrias. Com o foco no pleno emprego e o estímulo à economia pela procura agregada – a abordagem keynesiana – foram determinantes para a redução do nível de preços, apesar do aumento do desemprego.

A experiência britânica destaca-se pela orientação para o crescimento impulsionado pelo consumo, em busca pelo emprego e estabilidade de preços. Esta procura resultou em fissuras na política britânica. Embora tenha tido um bom desempenho no final dos anos 90 e 2000.

Numa tentativa de gerar crescimento sob um conjunto de condições macroeconómicas, o modelo tinha muitas vantagens. No entanto, devido à sua dependência de crédito, o consumo tornou-se instável e insustentável. A crise financeira de 2008 foi prova dessa instabilidade.

Assim sendo, o Brexit poderá aparecer como causa e consequência dos problemas do modelo de crescimento britânico.

Tabela 1 - Visão geral (dados de 2018)

	Reino Unido	UE-28
PIB a preços constantes, em mil milhões de euros	2,318	15,302
População (em milhões)	66,454	513,833
PIB per capita, em euros	35.104,72	29.833,87
Taxa de desemprego	4,3	6,9
Formação Bruta de Capital Fixo, em % do PIB	16,9	20,5
Dívida Pública do Governo (% do PIB)	3,5	4,5

Fonte: *(EU Commission Economic Forecast, 23 outubro 2017)*, realização própria

2.3 A União Europeia

Segundo De Grauwe (2016), a União Europeia apresenta uma imagem negativa, atualmente. Não só no Reino Unido como também em outras partes da Europa. Além disso, existe um défice demográfico¹ na União Europeia e uma falta de democracia na tomada de decisões a nível europeu.

A legislação da União Europeia é feita pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu. Os ministros são enviados pelos seus governos nacionais, que detêm o poder como resultado das eleições democráticas de cada país. Os membros do Parlamento Europeu são eleitos diretamente. Assim sendo, os órgãos decisórios da União Europeia têm a mesma legitimidade democrática dos governos e parlamentos nacionais. Caso exista um défice demográfico, as instituições nacionais e europeias devem ser examinadas e reformadas.

As instituições europeias tornaram-se importantes promotoras da globalização. O Mercado Único e os acordos comerciais alcançados pela Comissão Europeia abriram amplamente as portas europeias para a globalização. As instituições europeias não têm poder sobre a política social, que permaneceu firmemente nas mãos das autoridades nacionais.

Assim sendo, o problema da União Europeia atualmente consiste no facto de ter implementado medidas de austeridade e reformas estruturais que beneficiaram principalmente países que se encontravam financeiramente bem. Deste modo, segundo De Grauwe (2016), as

¹ Déficit demográfico: é definido quando existe uma incapacidade numa população para melhorar ou manter as suas situações de vida, devido à falta de fatores demográficos (nascimentos e imigração)(Faus-Pujol & Higuera-Arnal, 2000)

instituições europeias deviam impor medidas promotoras do crescimento económico, como o investimento, quer este seja público ou privado.

Desde que o Reino Unido ingressou na Comunidade Económica Europeia em 1973, a sua economia beneficiou de um dinamismo favorável associado à maior abertura devido à sua adesão, resultando num crescimento económico. Caso o Reino Unido tivesse ficado de fora da União Europeia, era muito provável que o crescimento do PIB tivesse sido menor (Crafts, 2016).

Em suma, podemos verificar que as principais forças do Brexit foram a busca da independência face à União Europeia e a recuperação do controlo sobre os fluxos de imigrantes. Apesar do aparente desacordo entre as divisórias inglesas, visto que tanto a Escócia como a Irlanda do Norte votaram de forma a permanecerem na união, enquanto tanto o País de Gales como a Inglaterra, votaram de forma negativa no Referendo. Nos próximos capítulos irei examinar as consequências que um pós-Brexit poderá ter tanto na economia inglesa como na europeia.

Capítulo 3 – Efeitos económicos do Brexit

O Mercado Comum assenta nas “quatro liberdades”. São elas:



Ilustração 1 – Esquema sobre as liberdades do Mercado Comum, realização própria

Durante este capítulo analisarei a forma como o Brexit influenciará estas quatro vertentes, tanto para o Reino Unido como também para o Resto do Mundo.

Este capítulo encontra-se dividido em 5 secções, sendo esta divisão feita com base nas liberdades da União Europeia. Deste modo, na primeira secção será feita a análise para o comércio internacional. Na segunda será dado destaque às consequências sobre os serviços bancários e financeiros. A terceira será sobre a população e mercado de trabalho. A quarta sobre o investimento. E, por fim, a última secção será sobre outros aspetos que sejam relevantes para a abordagem do tema, como a realização de uma análise SWOT do Brexit.

3.1. Comércio Internacional

David Ricardo, no século XVIII, mostrou que o comércio tende a beneficiar ambos os parceiros comerciais. Isso implica que uma redução no comércio tende a ter um impacto negativo em ambos parceiros (Barrett et al., 2015).

O que acontecerá quando o Reino Unido deixar a União Europeia? O resultado do Referendo do Reino Unido sobre a adesão à União Europeia irá determinar as relações do país com o seu maior parceiro comercial (Swati Dhingra, Ottaviano, Sampson, & Reenen, 2016). O Reino Unido

é um dos países com mais importância para a UE. Aliás, a sua saída não terá apenas impacto a nível interno e da União, terá também efeitos sobre a economia mundial (Dupont et al., 2016).

O comércio entre o Reino Unido e o resto da União Europeia deixará de ser o que foi durante décadas, pois as empresas poderão enfrentar custos comerciais consideráveis no futuro (BusinessEurope, 2018) (Anexo 2 e Anexo 3).

Em termos geográficos, os 10 principais clientes do Reino Unido concentraram 63,2% das exportações britânicas, em 2016. Vale a pena reforçar que dos países apresentados, 7 pertencem à União Europeia.

Tabela 2 – Principais destinos das exportações do Reino Unido

Principais destinos (% das exportações)	2016
Estados Unidos da América	15,0%
Alemanha	10,6%
França	6,4%
Holanda	6,2%
Irlanda	5,6%
Suíça	4,8%
China	4,4%
Bélgica	3,8%
Itália	3,2%
Espanha	3,2%

Fonte: (Santader, 2018)

Desta forma, pode-se afirmar que o Reino Unido é mais dependente da União Europeia do que o contrário, dado que, em 2017, 15,2% do PIB² do Reino Unido está ligado às exportações para a União Europeia (Anexo 11, Anexo 12, Anexo 13 e Anexo 14).

Por outro lado, os 10 principais fornecedores do Reino Unido concentraram 64,4% das importações britânicas, em 2016. Mais uma vez, dos países apresentados, 7 pertencem à União Europeia. Com o Brexit, estas trocas comerciais poderão ser afetadas.

² Fonte Eurostat: <http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/submitViewTableAction.do>

Tabela 3 - Principais fornecedores do Reino Unido

Principais fornecedores (% das importações)	2016
Alemanha	13,8%
China	9,4%
Estados Unidos da América	9,0%
Holanda	7,4%
França	5,6%
Bélgica	5,0%
Suíça	4,2%
Itália	3,8%
Espanha	3,3%
Irlanda	2,9%

Fonte: *(Santader, 2018)*

Em termos de estrutura das exportações, os 10 principais grupos de bens, correspondiam, em 2018, a 71,5% do total das exportações realizadas pelo Reino Unido.

Tabela 4 – Principais produtos exportados

Exportações	% Total
Máquinas, aparelhos mecânicos, reatores nucleares, caldeiras	14,8
Veículos, exceto material ferroviário ou elétrico e acessórios destes	11,2
Pérolas, pedras preciosas ou semipreciosas	9,7
Combustíveis minerais e óleos minerais	9,0
Produtos farmacêuticos	6,2
Máquinas e equipamentos elétricos	5,9
Mercadorias não especificadas noutras rúbricas	4,4
Óticas e máquinas de filmar e fotografia	3,9
Aeronaves e veículos espaciais	3,9
Plásticos	2,5

Fonte: (International Trade Centre, 2019a), Anexo 15

Em termos de estrutura das importações, os 10 principais grupos de bens, correspondiam, em 2018, a 63,7% do total das exportações realizadas pelo Reino Unido.

Tabela 5 - Principais produtos importados

Importações	% Total
Máquinas, aparelhos mecânicos, reatores nucleares, caldeiras	12,8
Veículos, exceto material ferroviário ou elétrico e acessórios destes	11,2
Combustíveis minerais e óleos minerais	10,0
Máquinas e equipamentos elétricos	9,5
Pérolas, pedras preciosas ou semipreciosas	6,0
Produtos farmacêuticos	4,5
Plásticos	2,9
Óticas e máquinas de filmar e fotografia	2,8
Mercadorias não especificadas noutras rúbricas	2,1
Artigos de vestuário	1,9

Fonte: (International Trade Centre, 2019b), Anexo 16

O facto de pertencer a esta União faz com que as empresas beneficiem de custos de transação reduzidos. Assim sendo, os bens de consumo e serviços tornam-se mais acessíveis para os consumidores ingleses e, desta forma, há também uma grande facilidade para as suas exportações (Swati Dhingra, Ottaviano, Sampson, et al., 2016).

Com a saída do Reino Unido da União Europeia e sem clareza sobre o modelo das relações futuras, a livre circulação de mercadorias poderá deixar de se aplicar ao comércio entre a União e o Reino Unido. Como resultado, as formalidades tradicionais de fronteira podem ser reintroduzidas (BusinessEurope, 2018).

Deste modo, é interessante calcular o grau de abertura do Reino Unido:

Tabela 6 – Visão geral sobre o comércio internacional

Reino Unido	2018
PIB pm (em mil milhões de £)	2.045,5
PIB pm (em mil milhões de €)	2.334,51 ³
Total de importações (em milhões de €)	570.433,2
Total de exportações (em milhões de €)	411.259,4
Balança de transações (em milhões de €)	-159.173,8

Fonte: (Eurostat, 2019), (Portugal Global, 2017), realização própria

O grau de abertura de um país mede o peso das relações comerciais com o exterior no total do produto do país, onde o X representa o valor das exportações, o M o valor das importações e o PIB o produto interno bruto (Forte, 2011). Desta forma:

$$\text{Grau de abertura: } \frac{X + M}{PIB} \times 100 \quad (1)$$

Caso o resultado deste quociente for baixo, estamos perante uma economia introvertida, ou seja, uma economia fechada. Se, pelo contrário, o resultado for elevado, estamos perante uma economia extrovertida, ou seja, uma economia aberta.

Substituindo na fórmula as letras pelos valores apresentados na tabela acima apresentada, obtemos, para 2018:

$$\text{Grau de abertura: } \frac{411.259,4 + 570.433,2}{2.334.510} \times 100 = 42,1\% \quad (2)$$

Desta forma, estamos perante uma economia relativamente fechada. De seguida, irei determinar a posição comercial do Reino Unido utilizando a taxa de cobertura global (c).

$$c = \frac{X}{M} \quad (3)$$

³ Foi utilizada a taxa de câmbio do dia 20/05/2019.

Caso $c > 100\%$, o país tem uma posição comercial forte (competitividade comercial). No entanto, caso $c < 100\%$, o país tem uma posição fraca (dependência comercial).

Desta forma, substituindo mais uma vez os valores da fórmula pelos valores apresentados na tabela, onde, X corresponde às exportações e o M às importações, obtemos:

$$c = \frac{411.259,4}{570.433,2} = 0,721 = 72,1\%$$

(4)

E assim concluímos que se trata de uma posição fraca relativa à competitividade comercial do Reino Unido.

Usando o raciocínio apresentado anteriormente, irei realizar o mesmo procedimento para determinar o grau de abertura e a taxa de cobertura para os anos de 2016 e 2017 (Anexo 6), para termos comparativos. Assim sendo:

Tabela 7 - Grau de abertura e taxa de cobertura do Reino Unido

Ano	Grau de Abertura	Taxa de Cobertura
2016	42,3%	64,4%
2017	41,2%	68,6%
2018	42,1%	72,1%

Fonte: *Elaboração própria*

Assim sendo, podemos concluir que o Reino Unido além de não ser um país muito aberto ao exterior, também não é um país competitivo, ou seja, apresenta uma dependência comercial.

No entanto, o Reino Unido é também uma das maiores economias do mundo e um importante centro financeiro (Mix, 2018). A sua economia é baseada em serviços, com este sector representando quase 80% da sua economia (European Movement International, 2016) (Anexo 17 e Anexo 18). Este tema será mais desenvolvido na secção seguinte.

Contudo, as empresas não serão as únicas entidades que serão afetadas com o Brexit. Segundo BusinessEurope (2018), as autoridades governamentais do Reino Unido e da União Europeia têm que estar preparadas para todas as mudanças. Além disso, poderá haver um aumento de pessoal para as administrações aduaneiras. Para além da alfândega, as regras do

Mercado Único da União Europeia e, em particular, o princípio do reconhecimento mútuo, que permite que qualquer produto legalmente produzido num país da União seja vendido noutro país, poderão deixar de ser aplicados aos produtos do Reino Unido.

Visto que o Reino Unido ainda faz parte da União Europeia, não é correto dizer que as trocas comerciais entre ambos podem ser denominadas por importações e exportações. Em vez disso a troca de bens dentro da União Europeia é conhecida por comércio intracomunitário.

A alfândega é uma das áreas políticas que podem ter um impacto significativo na forma como as empresas operam entre a União Europeia e o Reino Unido. O Mercado Único permitiu às empresas criar cadeias de abastecimento complexas que beneficiam as economias e os cidadãos da União no seu todo e é importante que os políticos se concentrem na melhor forma de preservar estas cadeias de abastecimento e outros elementos de competitividade.

Dependendo do tipo de relação futura entre a União Europeia e o Reino Unido, o comércio entre ambos pode deixar de ser considerado como transações intracomunitárias, mas sim como exportações e importações e ter de cumprir as formalidades aduaneiras.

Até que o tipo de modelo futuro seja determinado, os negócios entre a União Europeia e o Reino Unido carecem da clareza necessária para que se preparem adequadamente para o Brexit. Terminar a fase de transição sem um acordo no futuro relacionamento continua a ser um alto risco.

Além disso, os efeitos do Brexit já começaram a afetar a economia do Reino Unido, principalmente pela desvalorização da libra esterlina imediatamente após o Referendo, e os impactos que ela tem sobre os valores das importações e exportações entre o Reino Unido e a União Europeia, bem como nos efeitos indiretos, como por exemplo na inflação.

No entanto, poderá haver várias oportunidades de comércio, juntamente com acordos com a União Europeia ou com outros países, como os Estados Unidos para o pós-Brexit.

3.2. Serviços bancários e financeiros

Os serviços financeiros incluem todas as atividades realizadas no sistema financeiro, ou seja, o sector que canaliza a poupança dos consumidores para empresas e famílias que precisam de financiamento ou consumo atual. Inclui bancos, gestão de ativos, mercados financeiros e seguros (Armour, 2017).

Abandonar o maior bloco comercial do mundo terá as suas consequências económicas. Ao nível dos mercados de capitais, como estes são mais vulneráveis nas economias emergentes, pois dependem fortemente dos fluxos de carteira de capital internacional, o Brexit poderá trazer situações indesejáveis do ponto de vista da estabilidade financeira (Jackowicz, Kozłowski, & Podgórski, 2017).

A saída do Reino Unido da União Europeia terá implicações de longo prazo para o sector financeiro britânico. Atualmente, Londres é a capital financeira da Europa e as instituições financeiras do Reino Unido beneficiam de direitos de passaporte que lhes permitem prestar os seus serviços em todo o Mercado Único (Miethe & Pothier, 2016).

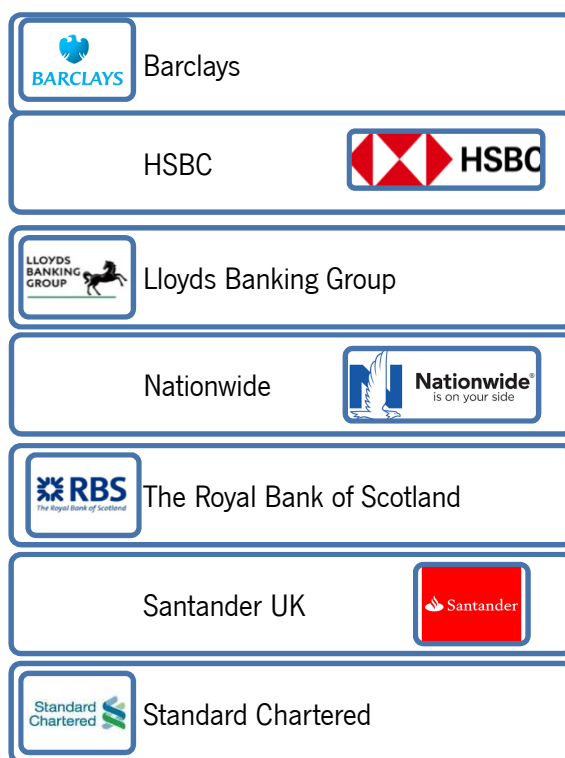
Desta forma, a decisão do governo do Reino Unido de abandonar a União Europeia desencadeou uma preocupação generalizada sobre o futuro do sector financeiro, tanto no Reino Unido como na União (Howarth & Quaglia, 2018).

O Reino Unido desempenha dois papéis fundamentais no sistema financeiro europeu. Primeiramente é um importante centro de atividades bancárias conduzido por grandes bancos europeus. Por fim, é um importante ponto de entrada de capital não europeu para o Mercado Único. Caso o Reino Unido perca os seus direitos de passaporte, estes papéis seriam significativamente reduzidos (Miethe & Pothier, 2016).

Os bancos podem realizar transações entre si e com os seus clientes (empresas e famílias) utilizando o ativo financeiro (Samitas, Polyzos, & Siriopoulos, 2018).

Assim sendo, os serviços financeiros mais afetados pelo Brexit seriam os serviços bancários de investimento e a compensação de ativos denominados em euros (Howarth & Quaglia, 2018). A banca inglesa é constituída, essencialmente, pelos seus sete bancos nacionais:

Ilustração 2 – Bancos nacionais ingleses



Fonte: *elaboração própria*

Os quatro maiores bancos do Reino Unido – o HSBC, o Royal Bank of Scotland (RBS), o Barclays e o Lloyds TSB – opuseram-se ao Brexit. Ao longo de 2017, os bancos do Reino Unido anunciaram planos de contingência de forma a levarem o seu pessoal e as suas operações para a UE27, caso as negociações do Brexit não garantissem o acesso total ao Mercado único. O Lloyds TSB declarou que planeava converter a sua filial alemã em Berlim numa subsidiária, tal como a Standard Charter fez com a sua filial em Frankfurt. O HSBC mudou-se de forma a ampliar a sua subsidiária existente em Paris e o RBS anunciou planos semelhantes em relação à sua subsidiária em Dublin. O Barclays anunciou a decisão de estabelecer uma subsidiária em Dublin (Howarth & Quaglia, 2018).

Tabela 8 - Receitas do Reino Unido para diferentes tipos de serviços financeiros em 2015 (em mil milhões de £)

Setor	Banca	Gestão de ativos	Seguros	Estrutura de Mercado	Total
Receitas Intra-UE	27	6	5	12	50
Receita Total	117	23	42	26	208
Importância da UE sob as receitas totais do sector	0,23	0,26	0,12	0,46	0,24
Receita Intra-UE do sector sob total Intra-UE	0,54	0,12	0,10	0,24	1,00
Receita total do sector sob o total das receitas do Reino Unido	0,56	0,11	0,20	0,13	1,00

Fonte: *(Oliver Wyman, 2016), realização própria*

Como pode ser observado, a banca, em 2015, era o maior sector global e representava 54% da receita dos serviços financeiros intra-UE e 56% das receitas dos serviços financeiros do Reino Unido.

Desde que o Referendo foi anunciado que a libra tem vindo a perder o seu valor. Facilmente nos apercebemos deste facto se a compararmos com outras moedas, neste caso, com o euro e o dólar, ou seja, as três moedas mais fortes do mundo.

Tabela 9 - Relação cambial do dólar e do euro com a libra

Data	Libra/Euro	Libra/Dólar
01-01-2007	1,48	1,96
01-01-2008	1,36	2,00
01-01-2009	1,04	1,45
01-01-2010	1,13	1,62
01-01-2011	1,16	1,56
01-01-2012	1,20	1,55
01-01-2013	1,23	1,62
01-01-2014	1,20	1,66
01-01-2015	1,28	1,54
01-01-2016	1,36	1,47
23-06-2016*	1,30	1,46
01-01-2017	1,17	1,23
01-01-2018	1,12	1,35
01-01-2019	1,10	1,27

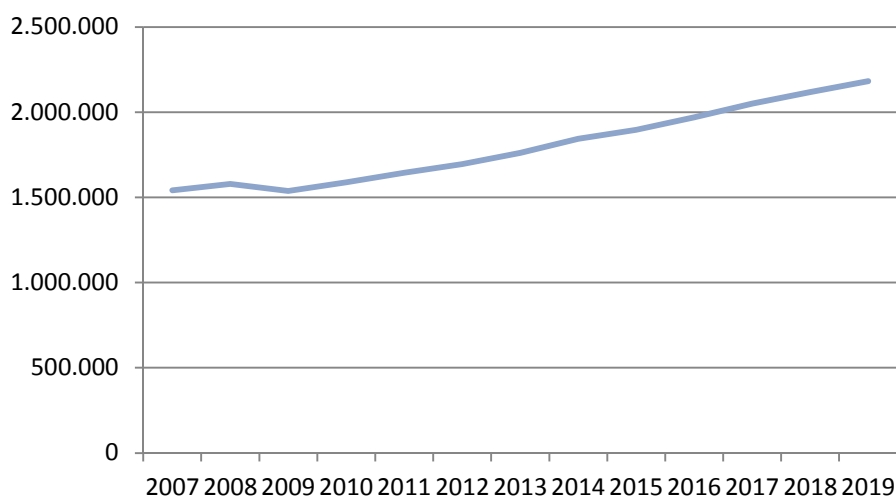
Fonte: *OFX*⁴, realização própria (Anexo 19 e Anexo 20)

*data do anúncio do Brexit

Deste modo, uma libra mais fraca pode diminuir o poder de compra dos cidadãos britânicos, afetando negativamente os países que exportam para o Reino Unido (Costa & Cabral, 2018).

⁴ <https://www.ofx.com/en-au/forex-news/historical-exchange-rates/>, consultado a 14/05/2019

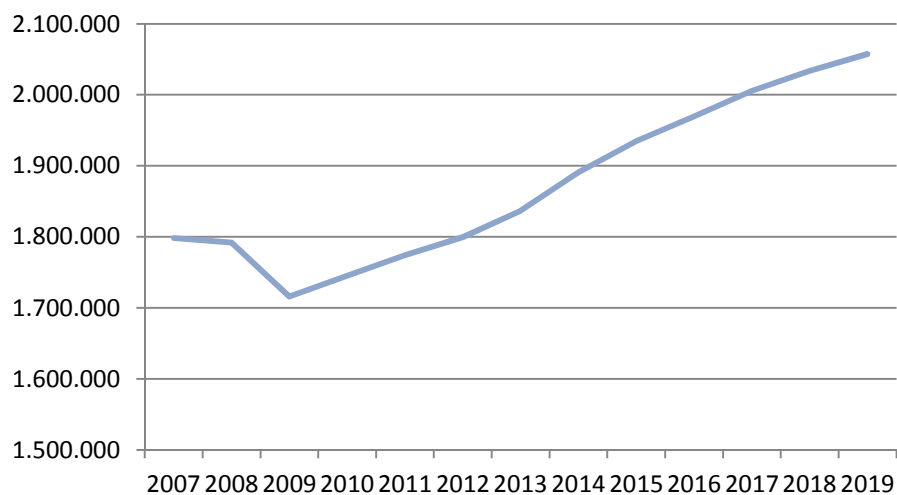
Gráfico 1 - PIB Nominal do Reino Unido (em mil milhões de libras (£))



Fonte: *(International Monetary Fund, 2019)*, realização própria

A economia do Reino Unido tem tido um crescimento mais lento. Houve uma inflação adicional que foi provocada com a queda da libra e, desta forma, causou um aumento na incerteza (Ishchy, 2019).

Gráfico 2 – PIB Real do Reino Unido, em mil milhões de libras (£)

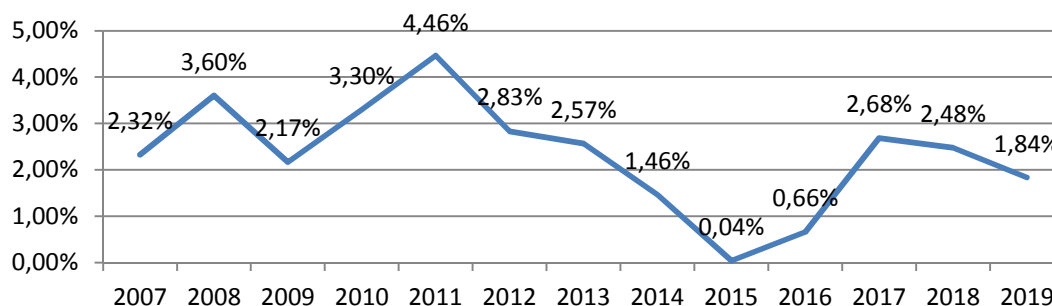


Fonte: *(International Monetary Fund, 2019)*, realização própria

Como podemos observar pela análise dos gráficos apresentados, apesar do crescimento lento, houve um aumento na produção total nos últimos 10 anos, como se constata no PIB Real,

visto que esta medida económica elimina os efeitos das variações de preços na mensuração da produção.

Gráfico 3 – Inflação do Reino Unido (%)

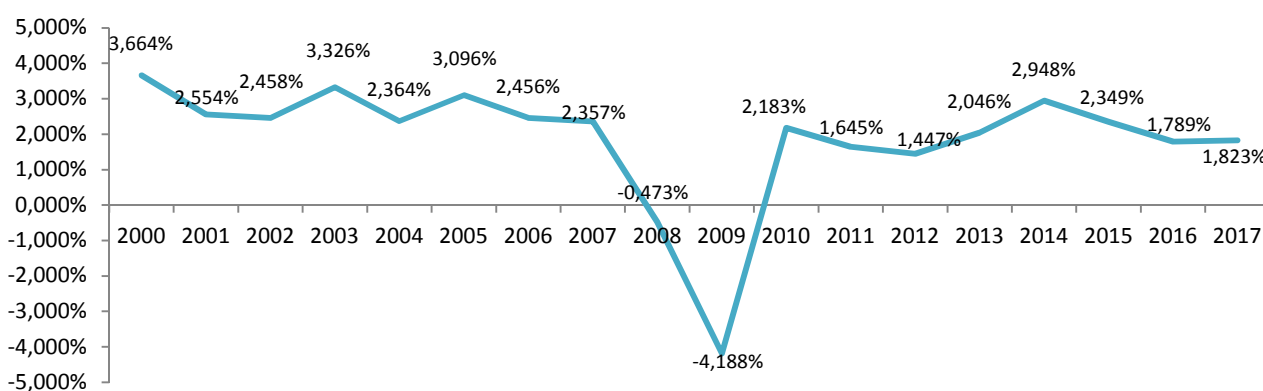


Fonte: *(International Monetary Fund, 2019), realização própria*

Além disso, é expectado que a inflação aumente devido ao aumento do preço das importações (Ishchy, 2019).

Segundo Crafts (2016), a integração económica europeia teve um impacto considerável sobre o nível de rendimento, mas não teve um efeito permanente na taxa de crescimento. O que equivale rejeitar a hipótese de crescimento endógeno.

Gráfico 4 – Taxa de crescimento real do PIB do Reino Unido (%)



Fonte: *(World Bank Group, 2018), realização própria*

Para o Reino Unido, a economia da adesão à União Europeia pode ser vista como uma “taxa de adesão” em troca por um melhor desempenho macroeconómico. Os países têm que contribuir para o orçamento da União, para além de outros custos decorrentes da Política Agrícola Comum (PAC) e os custos de regulamentação. A PAC impôs custos tanto ao nível das

contribuições das despesas da União, bem como preços mais elevados para os produtos agrícolas pagos pelos consumidores do Reino Unido aos produtores da União Europeia. Esta política tem sido desvantajosa para o Reino Unido porque este tem um sector agrícola relativamente pequeno.

No entanto, esta “taxa de adesão” não foi superior a 1,4% do PIB, incluindo os custos da PAC e da regulamentação da união. Sendo que o efeito anual positivo do PIB é estimado que seja, em média, de 8,6% ou 10,6%, seguindo uma análise económica de custo-benefício, sugerindo que foi muitíssimo benéfico a sua adesão à União Europeia (Crafts, 2016).

O Brexit poderá significar que o Reino Unido desista dos benefícios que obteve durante a adesão à União Europeia. Pode ser improvável que todos os ganhos sejam perdidos, mas num contexto em que o Reino Unido não negocie a sua continuação no Mercado Único pode significar em perdas no PIB.

3.3. População/Mercado de Trabalho

O Reino Unido é um dos países com maior número de habitantes no mundo.

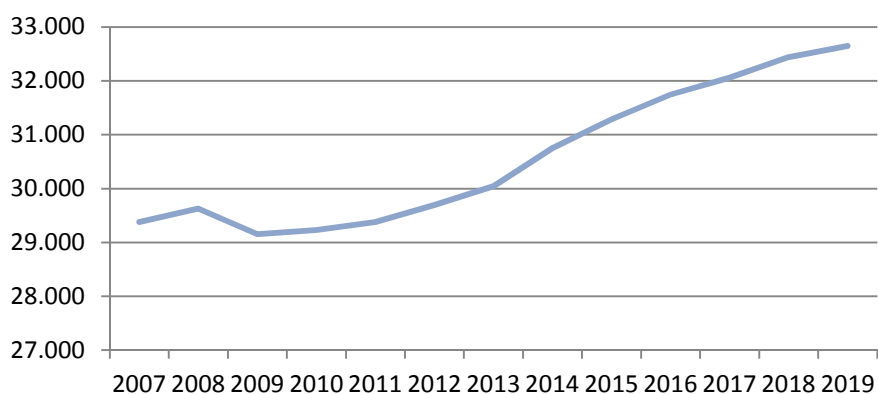
No entanto, como país desenvolvido, é natural que quer a taxa de natalidade⁵ e a taxa de fertilidade⁶ se apresentem em declínio (Anexo 21 e Anexo 22). Em 2017, estas eram de 12,1 e 1,88, respetivamente.

No debate sobre o Referendo, um dos grandes argumentos para a campanha pró-Brexit consistia em assumir um maior controlo sobre o fluxo de imigrantes do resto da União (e mundo por essa via) para o Reino Unido. Os ingleses têm-se mostrado muito preocupados com o facto dos elevados influxos de imigração poderem ter prejudicado a sua qualidade de vida (Wadsworth, Dhingra, Ottaviano, & Reenen, 2016) (Anexo 23).

⁵ Número de nascimentos por 1000 habitantes

⁶ Número médio de filhos por mulher

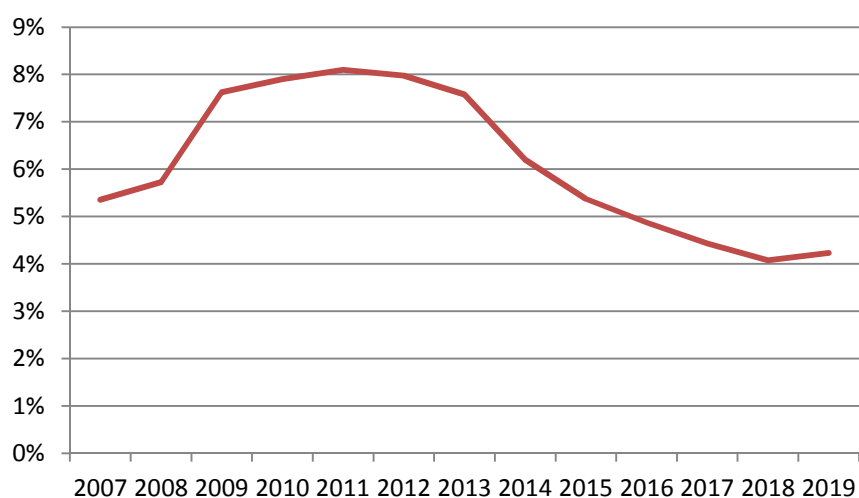
Gráfico 5 – População ativa do Reino Unido (em milhares)



Fonte: (*International Monetary Fund, 2019*), realização própria

Deste modo, questiona-se: se há um aumento do número de pessoas à procura de emprego, significa que os trabalhadores nativos do Reino Unido devam ficar preocupados.

Gráfico 6 – Taxa de desemprego do Reino Unido (%)



Fonte: (*International Monetary Fund, 2019*), realização própria

Como podemos observar pelo gráfico acima apresentado, nos últimos anos tem havido um decréscimo na taxa de desemprego do Reino Unido, com a expectativa de um ligeiro aumento em 2019. No entanto, esta, desde 2016, tem-se fixado nos 4%.

Nos últimos anos, o PIB per capita no Reino Unido tem sofrido um ligeiro aumento (Anexo 24). Portanto, mesmo havendo uma pequena evolução positiva da população ativa, a qualidade

de vida não diminuiu, pelo contrário (isto considerando que o número de imigrantes esteja integrado na população ativa).

Deste modo, não parece correto pensar que um aumento da população traz um aumento do desemprego. Aliás, um aumento da procura traz maior movimentação do trabalho, o que permite que um país se especialize em vários sectores da economia. Os imigrantes, caso sejam especializados podem aumentar a produtividade (Wadsworth et al., 2016).

A cidadania da União proporciona aos seus habitantes privilégios, tal como circular livremente dentro da união, removendo as barreiras de imigração entre os estados-membros (Guma & Dafydd Jones, 2018).

Tabela 10 - População do Reino Unido, de Julho de 2016 a Junho de 2017 (estimativa, em milhões)

Países	Total	Nascidos no Reino Unido	Não nasceram no Reino Unido (imigrantes)
Reino Unido	64,952	55,614	9,317
Inglaterra	54,726	46,200	8,508
País de Gales	3,076	2,884	191
Escócia	5,304	4,826	477
Irlanda do Norte	1,846	1,705	141

Fonte: *(Statistics, Population of the UK by country of birth and nationality, November 2017)*, realização própria

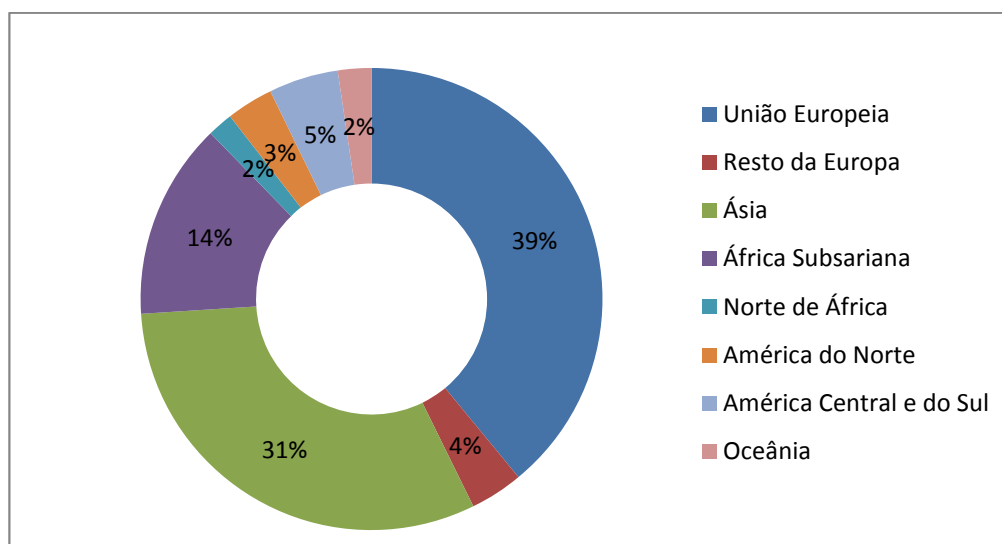
Como podemos observar pelo gráfico anteriormente apresentado, grande parte da população do Reino Unido habita na Inglaterra. E, é neste mesmo país que se encontram o maior número de imigrantes do Reino Unido. De certo modo, o facto da língua inglesa ter um enorme prestígio e a Inglaterra ser um destino atrativo para indivíduos especializados, faz com que o fluxo de imigração para este país aumente.

No que respeita à emigração dos cidadãos britânicos, a grande maioria encontra-se a viver noutros países da União Europeia, da Commonwealth ou nos Estados Unidos da América (Anexo 7 e Anexo 25).

No entanto, o principal debate sobre a imigração está focado no facto da Europa constituir um destino de grandes fluxos migratórios. Esta trajetória, associada às questões terroristas de carácter internacional, à crise dos refugiados e à possível expansão da União Europeia, exaltou as contradições sociais no Reino Unido (Zabolotsky, Boris Perius; Hoff, Natali Laise Zamboni discursiva do discurso anti-imigração e na campanha “ Vote Leave ” Brexit, 2018). A questão migratória é vista como um ameaça aos valores culturais, políticos e sociais dos ingleses.

Na realidade, como o Reino Unido não faz parte do espaço Schengen⁷ (apenas coopera policial e judicialmente), existem controlos de fronteira que impedem a entrada de refugiados. A tentativa de parar a imigração ilegal não seria facilitada com o Brexit (Wadsworth et al., 2016).

Gráfico 7 – Origem dos imigrantes do Reino Unido, em 2017



Fonte: (Statistics, Population of the UK by country of birth and nationality, November 2017), realização própria

Como podemos verificar pelo gráfico acima apresentado, a maioria dos imigrantes do Reino Unido vem de outros países da União Europeia. Ou seja, se o Brexit é impulsionado principalmente pelo desejo de controlar a migração da Europa, este desejo poderá ser muitíssimo dispendioso, pois implicará a retirada do Mercado Único (Crafts, 2016).

Muitos indivíduos investem avultadas quantias de dinheiro em troca da nacionalidade e, portanto, na cidadania da União.

⁷ O Acordo Schengen permite a livre circulação de pessoas dentro dos países membros do espaço Schengen, sem a necessidade de apresentação de passaporte nas fronteiras (Wadsworth et al., 2016).

O Brexit poderá trazer impacto sobre as leis nacionais de nacionalidade do Reino Unido e nos restantes países-membros da União Europeia.

1. Em primeiro lugar, apesar de não existirem mudanças notórias na lei, poderá haver alterações na sua aplicação prática;
2. Apesar da inalteração das regras, o seu campo territorial poderá vir a ser alterado, pois o Reino Unido deixará de ser um estado-membro da União Europeia;
3. O Brexit incita os estados-membros a mudar as suas leis sobre nacionalidade;
4. As formas de separação da nacionalidade do estado-membro e da cidadania da união podem garantir aos cidadãos do Reino Unido um estatuto semelhante ao da cidadania da União (Ulrich, 2018).

3.4. Investimento

O Reino Unido é muito bem-sucedido em termos de atração de investimento direto estrangeiro, sendo um dos principais destinos de eleição de investidores dos EUA, da Suíça e de outros membros da UE (Armstrong & Portes, 2016).

Segundo o relatório “EY Attractiveness Survey Europe 2018” (EY, 2018), o Reino Unido permaneceu em 1º lugar como recetor de investimento direto estrangeiro em 2017 (seguido pela Alemanha, França e Holanda), com um total de 1.205 projetos registados (+ 6% face ao ano anterior), como houve a criação de 50.196 novos empregos. No entanto, face à instabilidade criada pelo Brexit, em 2017, a cidade mais atrativa para Investimento Direto Estrangeiro era Paris (37%), seguido de Londres (34%). Cerca de 30% dos investidores inquiridos para a realização do estudo afirmaram que o Brexit poderia ter impacto nos seus negócios, sendo que apenas 8% dos inquiridos preveem a transferência das suas atividades para outro país, devido à situação atual do Reino Unido.

E, na última edição do relatório “Doing Business Report 2019” do Banco Mundial (The World Bank, 2019), o Reino Unido ocupou o 9º lugar no ranking mundial (numa escala total de 190 economias) relativamente ao ambiente de negócios.

Tal como podemos verificar na tabela 11, o stock de entrada de IDE, em 2017, correspondia a 59,9% do PIB, sendo então um dos principais países de eleição dos investidores estrangeiros.

Tabela 11 - Indicadores económicos

País	Comércio de bens e serviços (em % do PIB)			Stock e entrada de IDE (em % do PIB)			de PIB (em \$, a preços correntes, em milhões)		
	Ano	2017	2017	2017	2017	2017	2017	2017	2017
França		24,1	33,7						2.582.501,31
Alemanha		35,0	25,3						3.677.439,13
Itália		25,5	21,4						1.934.797,94
Reino Unido		33,3	59,9						2.622.433,96
Estados Unidos da América		26,9	40,0						19.390.604,00
Japão		35,8	4,3						4.872.136,95

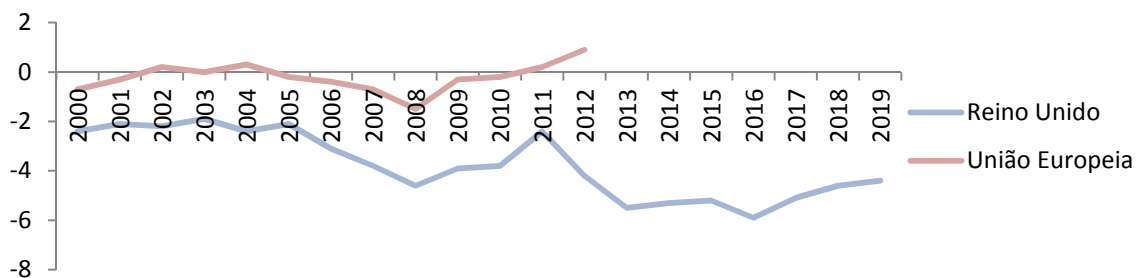
Fonte: (European Commission, 2018), (UNCTADSTAT, 2018) e (The World Bank, 2018), realização própria

No entanto, se todos os membros da União Europeia fornecem um acesso livre, entre eles, ao investimento estrangeiro, porquê o especial interesse no Reino Unido? Segundo Swati Dhingra, no seu relatório de 2017, existem três razões do lado da oferta que podem explicar este facto:

1. Baixo custo de envio de mercadorias;
2. Fácil acesso a mão-de-obra qualificada;
3. Ambiente que fornece a proteção de propriedade intelectual.

Outros autores têm chamado a atenção pois a decisão de investir no Reino Unido pode depender de fatores diversos, como, por exemplo, da existência de serviços específicos ou do estatuto da língua inglesa (Booth, Howarth, Persson, Ruparel, & Swidlicki, 2015).

Gráfico 8 – Balança de Transações Corrente com o Resto do Mundo (% PIB)



Fonte (EU Commission Economic Forecast, 23 outubro 2017), realização própria

Como podemos observar pelo gráfico acima apresentado, a balança de transações corrente do Reino Unido com o Resto do Mundo foi sempre negativa, apresentando, assim, um déficit (Balança de Transações Correntes negativa), ou seja, o país está captando poupança externa (Balança de Capitais positiva).

Apesar de ainda não se terem chegado a muitas conclusões sobre esta área, há uma crença de que os impactos serão negativos. As áreas que serão mais afetadas presentes na literatura serão: finanças e seguros, manufatura e construção (Dwyer, 2018).

Como se trata de uma economia relativamente pequena, tem de possuir acesso aos mercados de exportação e importação para alcançar uma escala eficiente de produção e acesso a muitos produtos. O Reino Unido é um exportador de serviços, o que só é possível com a grande parte do capital que é importado (Swati Dhingra, Ottaviano, Rappoport, Sampson, & Thomas, 2017).

Como já foi demonstrado, o Reino Unido é um dos maiores beneficiários de investimento estrangeiro da União Europeia. Com a saída da União, a sua atratividade poderá ser diminuída, pois os outros países da União possivelmente passarão a ser mais atraentes (Gregor, 2015). Além disso, os países não pertencentes à UE poderão beneficiar com o Brexit, devido ao desvio do comércio (Sampson, 2017).

3.5. SWOT Global

Após a análise do possível impacto do Brexit sob as quatro liberdades da União Europeia, com base numa pesquisa bibliográfica, como metodologia complementar, realizar-se-á neste ponto uma análise SWOT sumativa e integradora, para a provável saída do Reino Unido da União Europeia.

Uma análise SWOT é frequentemente utilizada no planeamento estratégico (Accreditation Council for Graduate Medical Education, 2017). É um método usado para avaliar os Pontos Fortes (Strengths), Pontos Fracos (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats) de um projeto/organização/método (Tuncay, 2015), de modo a verificar sistematicamente a sua eficácia (Sabbaghi & Colton, 2004).

Uma análise SWOT é um processo realizado de acordo com os dois ambientes que constituem uma organização: interno e externo (Gurel, 2017). Internamente são diagnosticados os pontos fortes e fracos. Já as oportunidades e ameaças decorrem da análise à envolvente externa da organização.

- Pontos Fortes: as características que dão vantagem ao projeto/organização/método;
- Pontos Fracos: são condições que colocam o projeto/organização/método em desvantagem em relação a outros;
- Oportunidades: são aspetos que podem melhorar a execução do projeto/organização/método;
- Ameaças: são fatores influentes que podem causar um distúrbio ao projeto/organização/método.

O Brexit terá um impacto direto na economia, não só do Reino Unido, mas também da União Europeia e resto do mundo. O objetivo deste capítulo será, com base na literatura estudada, realizar uma análise SWOT ao Brexit.

Em junho de 2016 foi realizado o Referendo do Brexit, no qual mais de metade dos eleitores britânicos determinou a sua saída. Passaram-se três anos e ainda não chegaram a nenhum acordo sobre o modo como irão proceder. Esta saída poderá ter consequências de curto e longo prazo a nível económico, financeiro e comércio internacional (Marchettiaprile, 2019).

Por outro lado, o acordo político entre a União e o Reino Unido para estabelecer um período de transição de 21 meses após o Brexit poderá ser um passo positivo na definição da relação económica durante o período de transição (OECD, 2018).

No entanto, os mais importantes motivos do movimento pró-Brexit são o facto de os britânicos quererem alguma independência face à União Europeia no estabelecimento de novos acordos comerciais com outras nações, e desejarem autonomia no controlo da circulação de pessoas pelas suas fronteiras (Waelen, 2019).

Neste ponto, subsistem duas preocupações essenciais. Se por um lado, existe algum receio devido à imigração de refugiados de países terceiros, por outro lado, os académicos imigrantes têm uma grande importância para este país (Busch & Matthes, 2016). Por exemplo, no caso do cancro, quase 50% das pesquisas no Reino Unido envolvem uma colaboração internacional (Vousden, 2019).

Os possíveis impactos do Brexit não irão ser apenas a nível económico e financeiro. A nível social, há uma questão que já começou a ser formulada, apesar de ter sido alvo de poucos estudos. Houve uma globalização do inglês como a principal segunda língua da população da União (Modiano, 2017). Sendo o Reino Unido um dos países da União Europeia com maior poder político e económico dentro desta, fará sentido que o inglês continue a ser a língua oficial da União Europeia, após o Brexit (Griffith & Amess, 2018)?

Possivelmente sim. Mesmo que o Reino Unido saia ou permaneça na União Europeia, não irá provocar uma mudança significativa na linguagem utilizada na comunicação da Europa, isto se for considerado a Europa como área geográfica, em vez de uma organização política e económica. Até porque é necessária uma linguagem comum para as comunicações internacionais serem realizadas mais facilmente (Marchettiaprile, 2019). Na verdade, a língua inglesa não é só a segunda língua da União, é a segunda língua da população mundial.

Esta e várias outras questões sobre o impacto social do Brexit têm sido colocadas, no entanto, poucos estudos foram realizados até ao momento.

A Tabela 12 apresenta a análise SWOT sobre o impacto do Brexit para o Reino Unido:

Tabela 12 - Análise SWOT do Brexit

Análise SWOT do Brexit	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
Controlo sob a política de imigração	Crise política no Reino Unido
Maior soberania	Restrições ao acesso ao mercado único
	Restrições ao mercado de trabalho por parte dos académicos estrangeiros
	Redução na receita fiscal
	Possível perda da importância do Reino Unido na economia mundial
	Restrições no acesso às 4 liberdades da união
Oportunidades	Ameaças
Independência da união	Futuro incerto
	Redução da atratividade do Reino Unido
	Incerteza em continuar a ter o inglês como língua oficial da UE

Fonte: *Elaboração própria*

Apesar dos benefícios que os britânicos acreditam que o Brexit lhes trará, a sua possível implementação poderá trazer consequências sérias difíceis de lidar, essencialmente a curto prazo, nomeadamente no que diz respeito à sua economia.

É de realçar que desde o seu anúncio, o Reino Unido já teve três primeiros-ministros: David Cameron, Theresa May e, por fim, Boris Johnson. Este facto ocorreu num curto espaço de tempo. O que, de certo modo, comprova uma certa crise política britânica que fora criada pelo Brexit.

O Brexit tem sido sinónimo de uma grande incerteza. No próximo capítulo serão apresentados os cenários para o Brexit expostos pela literatura analisada.

Capítulo 4 – Possíveis cenários para o Brexit

Nesta secção serão analisados os possíveis cenários para o Brexit. De modo a tentar identificar as suas consequências, a metodologia delineada será a execução de uma análise SWOT para cada um dos cenários apresentados. Assim, no capítulo seguinte será efetuada uma análise para o Brexit, de forma geral.

O principal objetivo consiste em sistematizar os efeitos previstos para o Brexit e a sua influência nas Quatro liberdades da União Europeia (Ilustração 1). Desta forma, será feita uma análise contrafactual que procurará determinar as oportunidades e riscos do Brexit, tal como o futuro do Reino Unido e da União Europeia.

Assim sendo, este capítulo começa com uma secção que expõe as possíveis implicações do Brexit, com a apresentação dos seus vários cenários.

4.1. Quais as possíveis implicações para um cenário Brexit?

Com o sucesso eleitoral do Partido Conservador no Reino Unido nas eleições gerais de 2016, o novo governo comprometeu-se a realizar um Referendo sobre a sua pertença à União Europeia. Embora o resultado dessas negociações e o Referendo sejam incertos, vários cenários possíveis para o futuro relacionamento entre o Reino Unido e a União Europeia podem ser identificados (Barrett et al., 2015). Deste modo, temos vários cenários possíveis:

Caso o Reino Unido permaneça dentro de uma União Europeia:

- O Reino Unido permanece dentro de uma União Europeia reformada dentro dos tratados existentes;
- O Reino Unido permanece dentro de uma União Europeia reformada após a mudança do tratado;
- O Reino Unido permanece dentro da União Europeia e obtém autorizações de saída em determinados domínios políticos ou inicia mudanças institucionais para repatriar as competências para todos os estados-membros;
- O Reino Unido permanece dentro de uma União Europeia mais integrada, renunciando as suas atuais derrogações.

Caso o Reino Unido se coloque fora da União Europeia (Hudson, 2016), existem cinco alternativas:

- O Reino Unido ficar no Espaço Económico Europeu (EEE), semelhante à relação da Noruega com a União Europeia e nesse caso;
 - o Terá pleno acesso ao mercado único (mas fora da união aduaneira);
 - o Será obrigado a fazer uma contribuição financeira para a União Europeia e aceitar a maioria das suas leis;
 - o O movimento livre aplicar-se-á como na união.
- Estabelecimento de acordos bilaterais com a União Europeia e os membros da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) – similar ao Modelo da Suíça e nesse caso:
 - o Terá acesso ao mercado da União Europeia regido por uma série de acordos bilaterais;
 - o Fará uma contribuição financeira para a União Europeia, mas menor do que no Modelo Norueguês;
 - o Não terá nenhum dever geral sobre a legislação da União, mas deverá implementar alguns regulamentos de forma a permitir o comércio
 - o Aplicar-se-á a livre circulação, tal como na União
- Composição de uma União aduaneira com a União Europeia – semelhante à relação da Turquia com a União Europeia;
- Acordo Bilateral de Comércio Livre com a União Europeia (OMC), sendo que neste caso:
 - o Não terá obrigação de aplicar a legislação da União, embora os bens comercializados têm que cumprir as normas da União;
 - o Não haverá nenhuma contribuição financeira para a União;
 - o Não haverá movimentos livres;
- Nenhum acordo comercial preferencial com a União Europeia.

Vários estudos indicam que o Brexit envolverá perdas para a economia inglesa. O impacto comercial será mais significativo para o Reino Unido do que para os estados-membros da União Europeia (Barrett et al., 2015).

No entanto, para uma melhor análise, irei apenas selecionar os cenários mais comuns na literatura, com base no artigo do BBA “Staying in or leaving the EU single market” (2018) e, no final de cada modelo, realizar uma análise SWOT⁸. Os cenários mais debatidos são:

1. O Modelo da Noruega – Espaço Económico Europeu (EEE)

O Espaço Económico Europeu foi criado em 1994 para que os países não pertencentes à União Europeia conseguissem ter acesso ao Mercado Único (Swati; Dhingra & Sampson, 2016). Esta opção seria a mais próxima possível a permanecer como membro da União Europeia (Sampson, 2017) (Emmerson, Johnson, Mitchell, & Phillips, 2016). Assim, seria possível obter participação no Mercado Único sem ser membro da União Europeia, tal como a Noruega, a Islândia e o Liechtenstein. Caso o Reino Unido decida optar por este Modelo, teria acesso total ao Mercado Único.

Desta forma, tendo um acordo de livre comércio com a União, não haveria tarifas sobre o comércio (Swati Dhingra, Ottaviano, Sampson, et al., 2016) (Schoof, Ulrich; Petersen, Thieß; Aichele, Rahel; Felbermayr, 2015). Pertencendo ao Mercado Único teria acesso ao sistema de passaporte da União para os serviços financeiros. Desta forma, garantiria reconhecer as Quatro Liberdades dos tratados da União (livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas - Ilustração 1) e contribuiria para o seu orçamento. Porém, a livre circulação de pessoas foi um dos principais motivos para o desencadeamento do Brexit (Hufnagel, 2016).

Os países do EEE aplicam as regras da União relativamente ao Mercado Único, tal como legislação sobre o emprego, proteção do consumidor, política ambiental e de concorrência (Swati; Dhingra & Sampson, 2016).

Os países do EEE estão unidos às regras do mercado interno da união, sem terem voz ativa na formulação dessas mesmas regras, para além de não terem qualquer influência no Parlamento Europeu (Busch & Matthes, 2016).

O Mercado Único reduz os custos de comércio reduzindo, assim, as barreiras fronteiriças ao comércio. Além disso, o acordo regulatório reduz as barreiras de fronteira, garantindo que os produtores não tenham que adaptar os seus produtos para satisfazer os diferentes padrões nos diversos países (Sampson, 2017).

⁸ A análise SWOT é uma ferramenta utilizada para a gestão e planeamento estratégico nas organizações. Tem quatro componentes: Pontos Fortes (Strengths), Pontos Fracos (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats) (Gurel, 2017).

No entanto, a Noruega não é membro da União aduaneira da União, enfrentando, deste modo, algumas barreiras não tarifárias (Swati Dhingra, Ottaviano, Sampson, et al., 2016). Desta forma, embora não exista livre comércio dentro do EEE, os seus membros não são obrigados a fazerem parte da União aduaneira da União, o que significa que estes podem estabelecer a sua própria tarifa externa com países fora da União (Swati; Dhingra & Sampson, 2016).

O Espaço Económico Europeu não abrange também uma política agrícola e das pescas, a política comercial, a política externa e de segurança, nem a União aduaneira, a justiça e assuntos internos (Busch & Matthes, 2016).

Além disso, os membros do EEE pagam uma taxa para fazerem parte do Mercado Único. Para isso, contribuem para os fundos de desenvolvimento regional da União Europeia e para os custos dos programas da União em que participam (Swati; Dhingra & Sampson, 2016).

A Noruega tem uma relação mais próxima com a União Europeia do que qualquer outro estado não-membro, pois também é membro do espaço Schengen e participa em várias medidas políticas adicionais da União, tais como, a justiça e os assuntos internos da União, tal como a política de defesa (Busch & Matthes, 2016).

O Modelo Norueguês é aparentemente o mais relevante para o Reino Unido e o que tem sido mais discutido (Fossum, 2016). Caso o Reino Unido decida optar por este Modelo, terá que se candidatar à EFTA, o que poderá ser um processo complicado. Para além de tudo o que já foi dito, em caso de ocorrência do Brexit, o Reino Unido teria que renegociar todos os seus acordos comerciais com terceiros para além de continuar a contribuir financeiramente na política de coesão da União (Busch & Matthes, 2016).

Tabela 13 - Análise SWOT do Cenário da Noruega/EEE

Análise SWOT	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
Acesso ao Mercado Único	Seguir as regras de comércio de bens e serviços da União Europeia
Um banco com sede no Reino Unido poderá possuir outro em qualquer parte da União	Deverá implementar as políticas do Mercado único, sem ter representação na definição das suas regras
Livre circulação – não há tarifas aduaneiras para com os países da União	Deverá contribuir para o orçamento da união
	Alguns custos transfronteiriços para países terceiros à UE
Oportunidades	Ameaças
Capacidade de negociar acordos comerciais de forma independente da União Europeia	Perda da soberania do Reino Unido – estaria na mesma muito dependente da União Europeia
Manter as 4 liberdades da união	

Fonte: *Elaboração própria*

2. O Modelo da Suíça – EFTA + Acordos Bilaterais Setoriais

No dia 7 de dezembro de 1992, um dia após uma pequena maioria da sua população ter rejeitado a ideia de aderir ao Espaço Económico Europeu, a Suíça encontrava-se numa situação semelhante à atual do Reino Unido. Desta forma, criou um novo acordo com a União (Burr, 2018).

No entanto, de todos os países fora do Espaço Económico Europeu, a Suíça é o mais integrado, a nível económico, com a União e pertence, inclusive, ao Mercado Único de mercadorias. Mas, para atingir este nível de integração teve que adotar muitas leis económicas da União (Sampson, 2017).

A Suíça é membro da EFTA, tal como a Noruega, a Islândia e o Liechtenstein, onde se prevê o comércio livre com a União em todos os bens não agrícolas (Swati; Dhingra & Sampson, 2016) (Busch & Matthes, 2016).

Neste Modelo também é possível participar no Mercado Único, mas apenas em algumas áreas, através dos acordos bilaterais com a União. Tal como a Noruega, tem que se adotar todos os regulamentos que abrangem as partes do Mercado Único em que participa e tem livre circulação de mão-de-obra (Swati Dhingra, Ottaviano, Sampson, et al., 2016).

A Suíça não participa no Mercado Único dos serviços financeiros, nem tem acesso ao sistema de passaporte da União Europeia para bancos e outros serviços financeiros devido ao facto de não ter chegado a um acordo abrangente com a União sobre o comércio de serviços (Sampson, 2017), estando dependente da lei bilateral neste campo sectorial. De forma geral, os bancos suíços não podem aceder ao mercado interno para serviços financeiros, visto que a União tem barreiras regulamentares para países terceiros, em especial para serviços transfronteiriços (Busch & Matthes, 2016).

Atualmente há uma livre circulação de pessoas entre este país e a União, apesar de já ter sido votado num Referendo para impor algumas restrições nesta área (Swati; Dhingra & Sampson, 2016).

Caso decidisse optar por este modelo, o Reino Unido deixaria de participar tão ativamente nas tomadas de decisões da União Europeia, mas teria que adotar a legislação desta para

participar no Mercado Único (Swati; Dhingra & Sampson, 2016) e participar financeiramente na política de coesão da União Europeia de forma limitada (Busch & Matthes, 2016).

Em contraste com o Modelo Norueguês, com o qual é frequentemente comparado, o Modelo Suíço oferece maior soberania, apesar do acesso limitado de serviços. No entanto, não seria necessário ao Reino Unido cumprir os regulamentos sociais e de emprego da União, nem seria incluído na Política Agrícola Comum (PAC) nem na política regional (Busch & Matthes, 2016). Por outro lado, o Modelo Norueguês fornece um maior acesso ao mercado interno (Fossum, 2016).

Tabela 14 - Análise SWOT do Cenário da EFTA/Acordos Bilaterais Setoriais

Análise SWOT	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
Livre circulação de comércio de mercadorias e de pessoas com a União Europeia	Não haveria livre circulação de serviços e capitais.
Capacidade de negociação de acordos comerciais independentes	Os acordos bilaterais exigem que terá que adotar as regras da união, sem terem representação na tomada de decisão
	Contribuição financeira para a União
Oportunidades	Ameaças
Maior soberania	Alguma dependência da União

Fonte: *Elaboração própria*

3. O Modelo da Turquia – União Aduaneira

Neste acordo, o Reino Unido iria comprometer-se a criar um Acordo de União Aduaneira com a União Europeia, tal como a Turquia (que aderiu em 1996), San Marino e Andorra. Assim, em termos de comércio internacional, o Reino Unido não teria que pagar tarifas para negociar os bens (produtos manufaturados e produtos agrícolas processados) com a União e as formalidades do comércio seriam minimizadas. No entanto, perderia o direito de fixar as suas tarifas nesta área e o comércio de serviços não seria abrangido no acordo. Outra desvantagem constituiria a perda de acesso preferencial aos mercados de países terceiros (Busch & Matthes, 2016).

Por outro lado, o acordo que a União Europeia tem com a Turquia (baseado no Acordo de Ancara⁹) regula o movimento dos trabalhadores. A base deste regulamento é que cada estado membro da União tem autoridade para decidir sobre a admissão de cidadãos turcos ao seu mercado de trabalho nacional. O que poderá ser uma alternativa, em termos de acordo, visto que o Reino Unido deseja controlar a imigração (Burr, 2018).

Neste cenário, os setores mais afetados possivelmente seriam aqueles que têm um maior acordo comercial com a União Europeia. Uma União aduaneira não inclui a livre circulação de serviços, de pessoas e de capitais. No entanto, devido à importância que o setor financeiro tem para a economia britânica e sendo este dependente, de certo modo, da União Europeia, este cenário implicará negociações delicadas com a União.

Um efeito colateral deste cenário poderá ser a complicação do processo de adesão da Turquia à União Europeia, o qual já dura desde 2005, sendo o Reino Unido um dos maiores apoiantes da sua adesão (Dalay, 2016).

No entanto, poderão ser eliminadas certas políticas indesejadas pelo Reino Unido: as regulamentações sociais e do emprego da União; a Política Agrícola Comum (PAC); e a Política Comum da Pesca; tal como a Política de Coesão. Adicionalmente, não terá que contribuir para o orçamento da União, sendo o preço a perda de influência em algumas instituições da União Europeia, como o Conselho e o Parlamento Europeu (Busch & Matthes, 2016).

⁹ O Acordo de Ancara, também conhecido por Acordo de Associação, foi assinado a 12 de Setembro de 1963 entre a Turquia e a Comunidade Económica Europeia (CEE). Visava promover, fundamentalmente, o estabelecimento de uma união aduaneira entre as duas partes (Rogério & Barrinha, 2013).

Tabela 15 – Análise SWOT do Cenário da Turquia/União Aduaneira

Análise SWOT	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
Livre circulação de alguns bens	Não iria beneficiar do acesso preferencial aos mercados de países terceiros
Controlo da imigração	Restrição ao acesso para o Mercado Único
Eliminação de algumas políticas da União Europeia	Não há livre circulação de pessoas, serviços e capitais
Oportunidades	Ameaças
Regulação do mercado de trabalho de forma autónoma	Um acordo aduaneiro não cobre o sector financeiro nem os serviços

Fonte: *Elaboração própria*

4. Terceiro país – Organização Mundial de Comércio (OMC)

Outra das alternativas a fazer parte do Mercado Único ou da União Aduaneira consiste em estar fora do Mercado Único, mas negociando com este. É o estatuto da grande parte dos países mundiais, denominado por “país terceiro”. Assim sendo, acederia ao Mercado Único, estando protegido pela Organização Mundial de Comércio.

Segundo as regras da OMC, cada membro deve conceder o mesmo acesso ao mercado de “nação mais favorecida (NMF)”, incluindo a cobrança das mesmas tarifas. Assim, o acesso ao mercado do país é concedido sob as mesmas regras e condições dos outros membros da OMC, sem acordos preferenciais com a União (Busch & Matthes, 2016). As únicas exceções a este princípio são que os países podem optar por celebrar acordos de comércio livre, tal como a EFTA ou a UE (Swati; Dhingra & Sampson, 2016).

O Reino Unido já era membro fundador do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) que surgiu em 1947, tendo a OMC como sua sucessora. Deste modo, a 1 de janeiro de 1995, o Reino Unido tornou-se membro original da OMC. Assim sendo, independentemente do Modelo escolhido, o Reino Unido continuará a ser membro desta organização, a não ser que se retire do Acordo da OMC (Bartels, 2016).

Segundo o direito internacional administrado pela OMC, provavelmente não haveria período de transição caso o Reino Unido adotasse este Modelo. Além do facto que o Reino Unido já realiza muitos negócios com países não pertencentes à União (Lea, 2018).

Ser regido apenas pela OMC implicaria custos adicionais para o comércio internacional britânico (Swati Dhingra, Ottaviano, Sampson, et al., 2016). O comércio de bens e de serviços estaria dependente das regras desta organização (Swati; Dhingra & Sampson, 2016).

Sendo já membro original da OMC, o Reino Unido continuará a possuir todos os direitos e obrigações daí decorrentes quando abandonar a União Europeia. No entanto, o que será alterado é o papel da União no exercer desses mesmos direitos e obrigações (Bartels, 2016).

Ao comercializar com a União, o Reino Unido terá que enfrentar a Tarifa Externa Comum da União Europeia, o que fará aumentar os custos transacionais (Busch & Matthes, 2016). Assim, as instituições financeiras sediadas em Londres seriam incentivadas a estabelecer subsidiárias economicamente significativas nos países do EEE, para conseguirem beneficiar do passaporte do

EEE, o que poderia resultar em perdas de negócios para Londres - “the city” (Lea, Ireland, & West, 2016).

Acresce que o fim da liberdade de circulação das pessoas seria prejudicial tanto para o cidadão britânico como para as empresas (Busch & Matthes, 2016).

Fator favorável de ficar fora do Mercado Único seria o Reino Unido poder estabelecer autonomamente as suas políticas económicas e as suas normas regulamentares, sem ter em consideração as preferências dos outros membros da União.

Tabela 16 - Análise SWOT do Terceiro país – Organização Mundial de Comércio (OMC)

Análise SWOT	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
Pode comercializar com os outros países da união, seguindo os termos desta em relação aos membros da OMC	Os países terceiros não são abrangidos pelo conjunto de regras da União para serviços financeiros
Capacidade de negociar acordos comerciais independentes	Os países terceiros não são abrangidos pelo quadro de passaporte do EEE
Não contribuirá para o orçamento da união	Custos adicionais para o comércio
Princípio da Nação mais favorecida	Não há liberdade de movimento de pessoas com a União
Já é membro da OMC	Os bens transacionados com a união têm que cumprir as leis desta
Oportunidades	Ameaças
Possibilidade de assinatura de um Acordo de Comércio Livre (acordo bilateral) com a UE	Comércio mais restrito (as mercadorias exportadas para a união deverão atender aos padrões de produtos desta)
Um banco estrangeiro, pode estabelecer filiais no Mercado Único	Possíveis perdas de negócios
Plena soberania regulatória	

Fonte: *Elaboração própria*

Do acima exposto, podemos verificar que, de um modo geral, a principal questão que se coloca ao Reino Unido não é tanto o Modelo que deverá escolher que se adapte melhor às suas necessidades, mas sim a relação que deseja manter com a União Europeia. Caso um não-membro queira aceder ao mercado interno da União, tem que aceitar as regras e normas que orientam esse mercado (Fossum, 2016).

Na tabela abaixo, está representado um resumo das implicações dos vários cenários do Brexit, para que seja facilitada realizar uma comparação entre os vários cenários.

Tabela 17 - Quadro resumo dos cenários do Brexit

		Noruega	Suíça	Turquia	OMC
Direitos de decisão e representação na UE		Não	Não	Não	Não
Tarifas sobre as exportações entre Reino Unido e UE		Não	Não	Não	Sim
Mercado Único	Livre circulação de mercadorias	Sim	Parcialmente	Parcialmente	Não
	Livre circulação de pessoas	Sim	Parcialmente/ limitado	Não	Não
	Livre circulação de capital	Sim	Não	Não	Não
	Livre circulação de serviços	Sim	Parcialmente/ limitado	Não, regras do GATS	Não, regras do GATS ¹⁰
Renegociação dos acordos de livre comércio		Sim	Sim	Sim	Sim
Aumento dos custos comerciais		Não	Sim	Não	Sim
Autonomia regulatória		Limitado	Limitado	Parcialmente	Sim
Influência na regulação da UE		Muito limitado	Não	Não	Não
Contribuições financeiras		Sim, parcialmente	Sim, parcialmente	Não	Não

Fonte: (Busch & Matthes, 2016), *realização própria*

Contudo, as implicações do Brexit são apenas previsões, por enquanto. É fundamental que tanto o Reino Unido como a UE esclareçam o seu futuro, ao decidirem o cenário que considerem mais vantajoso para ambos.

¹⁰ GATS: General Agreement on Trade in Services (Acordo Geral sobre Comércio de Serviços)

Capítulo 5 – Análise dos possíveis efeitos

Neste capítulo serão apresentados estudos sobre o Brexit com o objetivo de comparar os resultados obtidos com a presente análise SWOT e obter conclusões mais precisas sobre os impactos do Brexit, especialmente a nível económico.

Segundo De Grauwe (2016), o Reino Unido tem duas opções: ou segue um modelo o mais próximo possível do Modelo Norueguês ou então ficará sozinho e terá que negociar novos acordos comerciais com a União Europeia e cerca de 50 outros países no âmbito das regras da Organização Mundial do Comércio (OMC).

No entanto, caso opte por este último, o Reino Unido deverá ser tratado pela UE como os Estados Unidos da América, a China ou o Brasil, ou seja, como uma nação soberana que tem plena autonomia relativamente aos seus acordos comerciais.

Considerando a falta de adesão total à União Europeia, segundo o Scottish Government (2016) existem várias opções possíveis disponíveis para o Reino Unido, as quais podem ser divididas em três grupos:

- Participação no Espaço Económico Europeu: Modelo Norueguês
- Acordo de Livre Comércio com a União Europeia: Modelo Suíço
- Organização Mundial de Comércio (OMC): Terceiro País

Para além da categorização das consequências pelos cenários apresentados anteriormente, a literatura existente também costuma agrupar as consequências por outro tipo de cenários, ou seja, o cenário otimista (soft Brexit) e cenário pessimista (hard Brexit). Alguns ainda consideram o cenário central, onde o acordo com a União é baseado em acordos bilaterais (semelhante ao Modelo Suíço).

Bertelsman Stiftung (2018) considera ainda a existência de um outro cenário, semelhante às relações comerciais entre a União e os Estados Unidos da América (“deep cut”), em que não existe nenhum acordo comercial (Emerson, Busse, Salvo, Gros, & Pelkmans, 2017). Neste caso, há barreiras não tarifárias ao comércio, tal como barreiras tarifárias entre o Reino Unido e a União. Assim, deduziram que a consequência no PIB a longo prazo iria variar de 1,4% para 7,5% do PIB, caso seja o cenário otimista ou de “deep cut”, respetivamente.

O cenário otimista assume que o Reino Unido tem sucesso nas suas negociações comerciais com a União Europeia. Ou seja, seguia a teoria já apresentada pelo Modelo Norueguês, sendo que alguns investigadores observaram que também é possível considerar o Modelo Suíço como sendo soft Brexit (Swati Dhingra, Ottaviano, Sampson, et al., 2016) (Schoof, Ulrich; Petersen, Thieß; Aichele, Rahel; Felbermayr, 2015).

Por outro lado, o cenário pessimista considera que o Reino Unido não tem sucesso na negociação do novo Modelo comercial com a União seguindo, portanto, as bases do Modelo da OMC.

Swati Dhingra, Ottaviano, Sampson, et al. (2016) basearam o seu estudo nas consequências do Brexit para o comércio. Desta forma, determinaram que no cenário otimista teria um efeito no PIB, pelo comércio de -1,37% e nos benefícios fiscais de 0,09%, para um total impacto de -1,28% do PIB. Já o cenário pessimista iria trazer um efeito no PIB de -2,92% para o comércio e 0,31% para os benefícios fiscais, para um total impacto de -2,61% do PIB. Consequentemente previram a redução de comércio entre o Reino Unido e a União.

Já um estudo da OCDE (Sheldon et al., 2016) considera que tanto o comércio como o investimento são fatores importantes para o crescimento do PIB a longo prazo, sendo que o Brexit conduziria a menor abertura internacional e menor inovação de Investimento Direto Estrangeiro (IDE), enfraquecendo o progresso tecnológico e a produtividade do Reino Unido. Os resultados do seu estudo estão demonstrados na Tabela 18. Num cenário central, em 2030, o PIB do Reino Unido possivelmente será 5% menor do que se este tivesse permanecido na União Europeia.

Alguns estudiosos assemelham o Modelo Suíço como ao Modelo do Canadá¹¹, por ambos países terem Acordos Bilaterais com a União (Swati Dhingra, Ottaviano, & Sampson, 2016).

Por fim, a Treasury (2016) considera que haverá um impacto negativo do Brexit, com uma provável redução nos salários, produtividade e um aumento do desemprego.

Todos os estudos resumidos na Tabela 18 foram realizados de forma a compreender o impacto do Brexit a longo prazo.

¹¹ CETA (Acordo Económico e Comercial Global) é um acordo de livre comércio entre a UE e o Canadá. Foi assinado em 2016. Deste modo, quase todas as mercadorias comercializadas entre a União e o Canadá ficaram isentas de impostos.

Tabela 18 - Tabela resumo

Organização/Estudo	Cenário	Estimativa (% PIB)	Impacto
(Swati Dhingra, Ottaviano, Sampson, et al., 2016)	Otimista	-1,28	Comércio
	Pessimista	-2,61	
(Sheldon et al., 2016)	Otimista	-2,7	Despesa, IDE, Migração
	Pessimista	-7,7	
	Central	-5,1	
(HM Government, 2018)	Norueguês	-1,4	Comércio
	Suíço	-4,9	
	OMC	-7,6	
(HM Government, 2016)	Norueguês	-3,8	Despesa, IDE, Migração
	Suíço	-6,2	
	OMC	-7,5	

Fonte: (Emmerson et al., 2016) (Busch & Matthes, 2016), *realização própria*

De uma forma geral, é notória a preferência dos estudos apresentados pelo Modelo Norueguês. Comparando com as análises SWOT dos capítulos anteriores (Tabela 13, Tabela 14, Tabela 15, Tabela 16), apesar de aparentemente o cenário da Noruega ser o que apresenta um impacto menor para a economia inglesa, este tem as suas desvantagens, como o facto de que o Reino Unido irá continuar dependente da União Europeia: teria que continuar a contribuir para o orçamento da União, sem fazer parte desta, tal como continuar a implementar algumas das suas regras (Tabela 17).

Parte da atração dos interesses financeiros no mercado do Reino Unido é o seu estatuto como um importante centro financeiro na UE. Com o Brexit, esta importância poderá ser

diminuída. Por outro lado, a vantagem comparativa do Reino Unido baseia-se nos seus negócios financeiros e atividades de manufatura. Sendo, desta forma, sectores que beneficiariam mais numa economia aberta (HM Government, 2016).

Como podemos entender, vários estudos de diferentes economistas afirmam o Brexit terá um impacto negativo no Reino Unido (Tabela 18). No entanto, em caso de Brexit, a opinião mais comum sobre que cenário seguir é o cenário otimista/ opção EEE/ cenário da Noruega (Baldwin, 2016), para além de ser a opção mais favorável tanto para a Escócia como para a Irlanda do Norte.

Por seu turno, a União Europeia deverá deixar claro que não irá fazer um acordo especial para o Reino Unido. No entanto apesar do cenário mais favorável ser o Norueguês, caso o Reino Unido não consiga chegar a nenhuma conclusão nas suas negociações com a União, a literatura acredita que este deveria optar pelo Modelo da OMC. Apesar de incerto e das suas relações comerciais poderem levar anos a concretizar, o Reino Unido poderá ter total controlo nas suas trocas e manterá a plena soberania.

Este modelo, a nível económico e de acordo com os estudos apresentados anteriormente, é o que apresenta consequências mais negativas (Tabela 16). Contrariamente ao Modelo Norueguês, não necessitaria de contribuir para o orçamento da União e poderia estabelecer as suas normas regulamentares, tal como foi apresentado na análise SWOT realizada anteriormente (Tabela 13)

No entanto, poderá existir custos adicionais para o comércio e, desta forma, possíveis perdas de negócios (Tabela 18). Mas, este modelo já foi chumbado no Parlamento Britânico (Anexo 4), por isso, os ingleses deverão realizar um Brexit com algum tipo de relação para com o Mercado único.

De um modo geral, o Brexit poderá resultar em restrições ao acesso ao Mercado Único da União Europeia. Independentemente do cenário que irá ser escolhido, as consequências não serão apenas económicas, mas também políticas e sociais.

Até ao momento a incerteza mantém-se, tal como a desconfiança sentida para com uma União que demorou décadas a ser unificada.

Capítulo 6 – Possíveis Consequências

Nesta secção apresentam-se as possíveis consequências do Brexit para o Reino Unido (Inglaterra, Escócia, Irlanda do Norte e País de Gales) e União Europeia, onde será dado especial destaque à Irlanda, pela sua dependência para com o Reino Unido.

As empresas exigem uma transição Brexit perfeita para um bom relacionamento futuro com a União Europeia e Resto do Mundo. Segundo um estudo da BusinessEurope (2018), o período de transição deve fornecer uma ponte adequada para o relacionamento futuro, de modo a evitar um cenário de precipício. Caso o período de transição termine antes de um acordo sobre a futura relação, o comércio entre a União Europeia e o Reino Unido recairá nos termos da Organização Comercial de Comércio (OMC).

Além disso, as empresas exigem procedimentos aduaneiros simplificados adicionais para lidar com o Brexit. Caso o Reino Unido se torne num país terceiro ou negocie um acordo de comércio livre com a União Europeia, uma grande quantidade de formalidades aduaneiras serão reintroduzidas para muitas empresas (Tabela 17).

O impacto aduaneiro do Brexit dependerá do tipo de relacionamento futuro. Abandonar a União Europeia resultará numa menor integração e maiores custos comerciais (Tabela 18).

Ou seja, tanto as barreiras tarifárias como as não-tarifárias poderão criar um custo significativo para os negócios e elevar barreiras de acesso ao mercado. Qualquer relacionamento futuro que seja inferior a um acordo abrangente de livre comércio fará com que as tarifas sejam (re)introduzidas.

A divergência entre a União Europeia e o Reino Unido em áreas-chave da regulamentação criaria custos adicionais e repercussões para as empresas que operam entre os dois mercados, bem como para as suas cadeias de abastecimento.

6.1. Reino Unido

O Brexit não trará apenas mudanças para a Europa. Muitas profissões sofrerão um impacto negativo com esta mudança (IAASA, 2018).

Por outro lado, segundo uma análise macroeconómica realizada por Pain & Young (2004), apesar do elevado nível de empregabilidade estar relacionado com a produção de mercadorias e serviços vendidos para a União Europeia, não haveria motivo para supor que o desemprego aumentasse significativamente caso o Reino Unido abandonasse a União. Esta retirada poderia provocar perturbações na economia, mas seria pouco provável que as exportações para a União Europeia cessassem completamente. No entanto, isto poderá resultar em certos custos a longo prazo.

Além disso, as instituições e políticas europeias têm cada vez mais um papel importante na determinação dos padrões internacionais do comércio e do investimento os estados-membros. Não obstante, o grau de abertura é um determinante importante do ritmo de progresso técnico, expondo desta forma, a produtividade total da economia do Reino Unido. Estes autores concluíram que a saída do Reino Unido da União Europeia resultaria numa diminuição do nível de produção na economia do Reino Unido.

Os cenários que são menos prejudiciais para os interesses do Reino Unido são aqueles que envolvem o menor número de restrições do acesso do Reino Unido à União Europeia, enquanto os que resultam em novas barreiras para o comércio, poderão ser os mais prejudiciais (Begg & Mushovel, 2017) (Tabela 17).

A saída do Reino Unido da União Europeia será algo irreversível. A tomada da decisão final terá que ter em conta todos os riscos envolvidos. Deste modo, nas seguintes secções serão apresentadas as possíveis consequências para o Reino Unido e União Europeia.

6.1.1. Inglaterra

Apesar de se manter fora da zona euro, Londres continua a ser o centro dominante de serviços financeiros da Europa (Armstrong & Portes, 2016). Esta posição poderá ser afetada com o desenrolar o Brexit.

No entanto, na maioria das análises, a abordagem de todo o Reino Unido é adotada como padrão, sendo dominado por dados ingleses, sem nunca analisar a Inglaterra como país individual (Henderson, Jeffery, Wincott, & Jones, 2017). Contudo, devido à sua importante participação na atividade económica do Reino Unido, muitas das suas consequências já foram referidas.

6.1.2. Escócia

A Escócia votou favoravelmente pela permanência na União Europeia (Anexo 5) sendo que o seu governo é defensor do acesso ao Mercado Único e à liberdade de circulação dentro da União (Whitman, 2017).

A pertença à União Europeia tem sido uma contribuição importante para a economia da Escócia. Segundo o Scottish Government (2016) abandoná-la poderá comportar danos para o crescimento económico a longo prazo, algo que não aconteceria se o Brexit não existisse. Desta forma, haveria uma diminuição da receita tributária e consequentemente nos gastos públicos.

No curto prazo, o resultado do Referendo aumentou a incerteza económica. O que torna o investimento privado mais arriscado.

A junção à União Europeia contribuiu de uma forma importante para o crescimento económico da Escócia, ao eliminar as barreiras ao comércio, o que provocou um aumento das exportações.

Além de que teve também uma importante contribuição para a atração de investimentos internos para a Escócia, uma vez que permitiu às empresas acesso fácil aos mercados europeus. A livre circulação de pessoas também tem sido um relevante impulsionador de crescimento económico.

Segundo Whitman (2017), a vontade do Reino Unido de abandonar a União Europeia poderá desencadear um Referendo sobre a independência da Escócia face ao Reino Unido.

6.1.3. País de Gales

Apesar de terem votado positivamente na saída da união (Anexo 5), o País de Gales tem alguns interesses a proteger, como as questões fiscais, pois é um beneficiário da Política Agrícola Comum e dos Fundos Estruturais da União (Whitman, 2017).

As consequências do Brexit para o País de Gales estarão muito dependentes das negociações que forem realizadas. Se por um lado poderá desenvolver os seus próprios regimes legais, políticos e económicos, livre das restrições da União (Hunt, Minto, Woolford, & Centre, 2016),

por outro lado o livre acesso ao Mercado Único é essencial para a economia de Gales (Craig, 2017).

6.1.4. Irlanda do Norte

As principais preocupações da Irlanda do Norte prendem-se com: a sua fronteira terrestre com a República da Irlanda (Whitman, 2017); o acesso aos mercados europeus para a agricultura e alimentos irlandeses; a estrutura transfronteiriça do turismo e dos mercados únicos de energia (Morrow, 2016).

Além disso, a União Europeia tem sido um elemento central no financiamento do processo de paz da Irlanda do Norte (Birrell & Gray, 2017), tendo financiado projetos de infraestrutura, negócios, reconciliação política e sociedade civil (Bell, 2016).

O Brexit representa, assim, um risco desproporcionado a curto e médio prazo, podendo alastrar-se para o longo prazo, dependentemente dos acordos que forem sendo realizados (Flynn, 2016). Deste modo, a Irlanda do Norte deverá procurar maiores ligações fora da União Europeia (Burke, 2017).

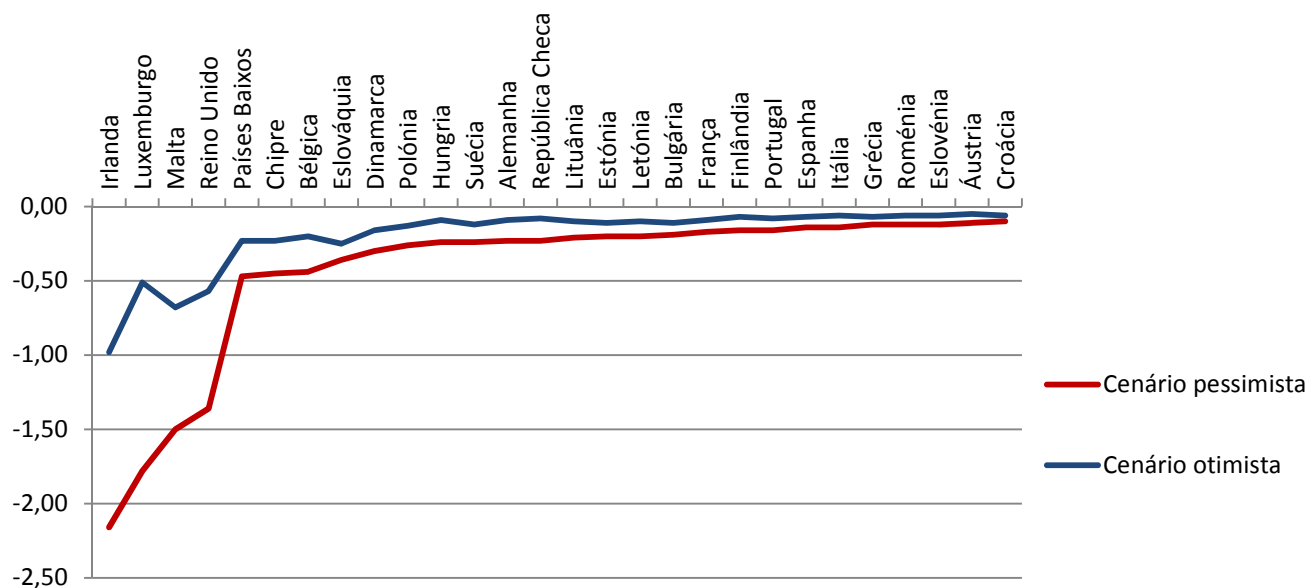
6.2. União Europeia

O Brexit não é considerado um grande risco macroeconómico para a União Europeia (OECD, 2018). Apesar da União Europeia provavelmente sentirá menos consequências negativas do Brexit do que o Reino Unido, sendo que estas serão sentidas de forma diferente para os vários países da União.

Do ponto de vista económico, a União Europeia tem uma melhor posição negocial e deverá, com isto, minimizar os danos sentidos na retirada (Stevović, 2018).

As perdas devido ao Brexit são determinadas pelo grau de abertura em relação ao Reino Unido (Bisciari, 2019).

Gráfico 9 - Efeitos do Brexit no PIB real per capita (%)



Fonte: (Felbermayr, Gröschl, Heiland, Braml, & Steininger, 2017), (Felbermayr, Fuest, Gröschl, & Stöhlker, 2017), *realização própria*

De acordo com o gráfico anteriormente apresentado, a Irlanda, o Luxemburgo e Malta são, no que corresponde às previsões do PIB real per capita, os únicos três países mais afetados pelo Brexit do que o próprio Reino Unido. Isto deve-se à forte importância do Reino Unido nas relações comerciais destes países (Felbermayr, Fuest, et al., 2017).

Assim, a saída do Reino Unido deverá ser considerada como sendo uma oportunidade para avançar mais rapidamente na União dos Mercados de Capitais plenamente desenvolvida, que iria reforçar a oferta de capitais, tanto a nível nacional como transfronteiriço, especialmente para as pequenas e médias empresas e facilitaria a partilha de riscos na união (OECD, 2018)

O Anexo 8 apresenta os efeitos do Brexit na receita bruta real, em mil milhões de euros e os possíveis custos fiscais máximos. As perdas da UE27 atingem 29,6 mil milhões de euros em receita bruta por ano, no Cenário da OMC, enquanto os do Reino Unido totalizaram os 30,2 mil milhões de euros. Como podemos verificar, em termos absolutos, o Reino Unido poderá perder ligeiramente mais do que a União Europeia.

Willem Velthuisen & Bernard (2016) realizaram um estudo onde determinaram os países da União Europeia mais expostos ao Brexit na perspetiva do comércio internacional (tanto de bens

como de serviços). Deste modo, os mais 5 países com maior exposição poderão ser: Irlanda, Chipre, Países Baixos, Bélgica e Eslováquia. Os Países Baixos têm estreitos laços de investimento com o Reino Unido, tal como a Bélgica.

Por outro lado, Gregor (2015) realizou um estudo sobre os países que apresentavam uma maior exposição ao Brexit, através das relações destes com o Reino Unido (comerciais, financeiras e políticas). Assim, tal como representado no Anexo 9, os países que se destacam pela sua maior exposição são: Países Baixos, Irlanda e Chipre. Este facto deve-se à sua forte relação comercial, de investimento e financeira para com o Reino Unido. Para além da proximidade geográfica e política da Irlanda em relação ao Reino Unido.

Por outro lado, Roménia, Itália, Croácia e Eslovénia são o grupo de países que menos serão afetados com o Brexit. Isto reflete-se devido à sua distância geográfica e diferentes culturas políticas.

Apesar de a Alemanha ter uma ligação importante com o Reino Unido, tem outros destinos para exportações importantes que poderão compensar o declínio no pós-Brexit. Além de ser a maior economia da União (Willem Velthuisen & Bernard, 2016).

Por último, no Anexo 10 podemos observar os efeitos do Brexit no PIB, para os diferentes cenários apresentados anteriormente (OMC, Suíço e Norueguês). Assim sendo, de modo geral, o cenário que iria prejudicar mais a economia europeia seria o Cenário OMC. Entre os outros dois cenários apresentados, o mais favorável seria o Cenário Norueguês. Neste caso, e para todos os cenários, os países que poderiam ser mais prejudicados seriam: Irlanda, Reino Unido e Malta.

Como podemos concluir, os países da União Europeia que poderão ser mais prejudicados com o Brexit são os que estão relacionadas com o Reino Unido devido à sua proximidade geográfica (Irlanda), à especialização da sua economia nos serviços financeiros (Luxemburgo), ou porque são países pertencentes a Commonwealth (Chipre e Malta) ou por causa do comércio internacional (Países Baixos).

Relativamente ao orçamento da União Europeia, esta terá que ajustar o seu orçamento após o Brexit, uma vez que o Reino Unido é um contribuinte significativo, sendo que em 2015, a sua contribuição líquida total foi superior a 14 mil milhões de euros. Para isso, a União precisará de

cortar nos gastos de convergência económica, aumentar as contribuições de cada país, por exemplo (Felbermayr, Fuest, et al., 2017).

Por outro lado, a falta de confiança dos cidadãos nas instituições europeias cria um sentimento negativo relativamente à UE. É altura de reformar a União Europeia. As instituições europeias não podem continuar a assistir à desintegração da União, que demorou anos a ser criada. A confiança dos cidadãos nas instituições europeias deve ser reconquistada e isso não será possível, a não ser que a atual organização das instituições seja também reformulada.

6.2.1. Irlanda

Segundo Barrett et al. (2015), visto que o Reino Unido continua a ser um dos principais parceiros económicos da Irlanda e dado que grande parte da atividade económica entre membros da União Europeia, qualquer alteração na relação entre o Reino Unido e a Irlanda poderá ser prejudicial. Tal como uma redução no PIB do Reino Unido poderá ter um impacto negativo na Irlanda. A economia da Irlanda tem uma forte orientação para as exportações, além de ser um país muito dependente, do Reino Unido, a nível do comércio internacional. Além das interrupções do comércio, a reintrodução da fronteira alfandegária importaria novos custos. Por outro lado, a Irlanda poderá beneficiar de maiores fluxos de investimentos e localizações alternativas, uma vez que as empresas estrangeiras podem procurar outros pontos de acesso ao mercado único da união (Willem Velthuisen & Bernard, 2016).

Por fim, o projeto de acordo inclui um protocolo que prevê uma solução de apoio para a fronteira entre a Irlanda e a Irlanda do Norte. Assim, na ausência de quaisquer soluções acordadas, a Irlanda do Norte manterá total alinhamento com as regras do Mercado Único e das alfândegas, após o final do período de transição (OECD, 2018).

Capítulo 7 – Alguns aspetos a atender no ponto de vista empresarial

Para além de tudo o que já foi dito anteriormente, é necessário que os governos, tanto do Reino Unido como da União Europeia, estejam atentos a alguns fatores-chave para que consigam obter sucesso com esta mudança, entre os quais se enumeram:

(i) O Reino Unido e a União Europeia deverão manter uma relação económica tão próxima quanto possível, preservando simultaneamente a integridade do Mercado Único. Qualquer divergência entre o Reino Unido e a União Europeia criará barreiras económicas adicionais que podem resultar em custos significativos para as empresas (Baldwin, 2016);

(ii) O Reino Unido e a União Europeia deverão evitar divergências regulatórias desnecessárias, que são caras e complicadas de administrar diariamente. As empresas exigem estabilidade regulatória (Howarth & Quaglia, 2018);

(iii) O Reino Unido e a União Europeia deverão desenvolver procedimentos aduaneiros simples para todas as empresas. Caso o Reino Unido abandone o Mercado Único e a União Aduaneira, as empresas, especialmente as pequenas e médias empresas (PME), tal como as que nunca tiveram relações fora da União Europeia, necessitam de procedimentos aduaneiros simplificados para cumprir as obrigações aduaneiras (BusinessEurope, 2018);

(iv) As autoridades da União Europeia e do Reino Unido devem, de forma pró-ativa, ajudar e colaborar com as suas comunidades de negócios para obter uma compreensão completa das necessidades dos negócios na preparação do Brexit (Howarth & Quaglia, 2018) e aumentar os mercados das empresas (Howarth & Quaglia, 2018).

(v) É importante fornecer atempadamente todas as informações necessárias às empresas para que estas se preparem devidamente para o Brexit (Business Europe, 2018).

Além disso, é expectável que cada centro financeiro tente jogar com as suas vantagens comparativas. Consequentemente, a Alemanha e a França estão bem posicionadas para atrair negócios bancários, já que teriam (no pós-Brexit), respetivamente, o primeiro e segundo maiores sectores bancários em ativos totais da União Europeia, com a concentração de atividades da banca de investimento em Frankfurt e Paris (Howarth & Quaglia, 2018).

Conclusão

Desde o anúncio do Brexit que a Europa tem vivido períodos de incerteza económica, financeira e social. A elaboração desta dissertação teve como objetivo compreender as prováveis consequências do Brexit.

Para isso, com base numa pesquisa bibliográfica abrangente, foi realizada uma Análise SWOT, tanto para cada cenário provável do Brexit, como para o Brexit numa perspetiva integradora global.

Foi desta forma possível tirar algumas conclusões sobre o que poderá ser o futuro tanto da União Europeia como do Reino Unido.

Nos cenários apresentados, o Brexit foi sempre apresentado como um sinónimo de perda para as economias do Reino Unido e da União Europeia. Todas as perdas, nos vários cenários, foram previstas *ceteris paribus*, isto é, supondo tudo o resto constante.

Assim sendo, pode-se afirmar desde logo que o resultado do Referendo do Brexit pode levar a mudanças importantes na geografia financeira da Europa. Frankfurt tem sido apontado como a próxima localização principal de várias atividades da banca de investimento, fazendo com que Londres perca a sua posição como principal centro financeiro europeu. No ponto de vista das reformas posteriores que poderão acontecer, as autoridades da União Europeia, nomeadamente a Comissão Europeia e o BCE, têm estado empenhados em preservar a integridade do Mercado Único e das suas Quatro liberdades.

Há muitas razões para o sucesso da indústria financeira no Reino Unido. Também a língua inglesa e os outros serviços complementares têm um papel fundamental para o mercado de trabalho deste país. As suas regulamentações são mais flexíveis do que as de outros países da União.

Relativamente ao mercado laboral, um aspeto muito relevante consiste no facto de o Reino Unido ter uma vantagem histórica ancestral em atrair um maior número de trabalhadores qualificados de outros países da União Europeia para as suas várias áreas, incluindo a área financeira.

Por conseguinte, o Brexit pode ser analisado em termos das inúmeras consequências económicas anteriormente apresentadas, mas também, em termos das suas consequências políticas e sociais que desde o anúncio do seu Referendo começaram a ser sentidas.

O impacto tenderá a ser mais negativo no Reino Unido do que na União Europeia, pois este representa, apesar de tudo, uma pequena parcela do comércio da União. O Reino Unido é muito mais dependente da União Europeia do que o contrário.

Houve uma rápida depreciação da libra, logo após o anúncio do referendo. De modo a contrariar o enfraquecimento da economia inglesa, o Banco de Inglaterra deverá intervir para apoiar o setor bancário e financeiro.

Contudo, um dos principais objetivos do Brexit consiste no Reino Unido voltar a ter controlo sobre as suas fronteiras e políticas. Poderia facilmente fazê-lo no cenário da OMC, onde obteria a sua autonomia. Nos outros cenários (Norueguês e Suíço) teria que manter uma relação próxima com a União.

O cenário mais prejudicial e incerto, tanto para o Reino Unido como para a União, é aquele que poderá garantir ao Reino Unido a sua independência da União Europeia.

É evidente que nenhum dos possíveis cenários se apresenta tão vantajoso em comparação com a adesão à União Europeia. Pode-se concluir, deste modo, que deixar a União poderá ser um erro histórico com um impacto duradouro no Reino Unido.

Todos os estados membros, no entanto, sentirão o impacto do Brexit, tanto política como economicamente. As economias que estão relacionadas com o Reino Unido serão mais atingidas do que outras devido à sua proximidade geográfica (Irlanda), à especialização da sua economia nos serviços financeiros (Luxemburgo), porque são países pertencentes à Commonwealth (Chipre e Malta) ou por causa do comércio internacional (Países Baixos).

O Brexit poderá ter um impacto político mais amplo na União Europeia, pela sua perturbação a nível da política interna da União e pela estimulação de forças desintegradoras noutros estados-membros.

O Reino Unido aderiu à União Europeia em 1 de janeiro de 1973. Após 46 anos de adesão, a sua economia está completamente integrada na UE. Recuperar o controlo total da sua economia

terá um custo económico e poderá ser mais prejudicial para esta. Deixar a União Europeia com um acordo evitaria estes custos e alguma da incerteza que é associada ao Brexit.

Atualmente vive-se num ambiente de incerteza, tanto no Reino Unido como na União Europeia. Boris Johnson, atual primeiro-ministro britânico, defende o Brexit a todo o custo. As negociações continuam...mas até quando? Neste momento, é importante que a União se preocupe em clarificar o seu futuro e recuperar a confiança dos/nos outros estados-membros. O Reino Unido poderá ser o primeiro país na história da União Europeia a sair deste projeto. É importante, que nos próximos meses, a própria União esclareça o seu papel e que o assuma.

O processo Brexit tornou evidente uma gradual crescente perda de confiança generalizada do público nas instituições europeias, suscitando a ideia da necessidade de reformar a União Europeia. De facto, a política europeia não pode continuar a assistir imóvel à desintegração da União Europeia, que demorou tantos anos a ser criada, que tem mantido a paz na Europa e fomentado o seu crescimento e desenvolvimento económico. A confiança dos cidadãos europeus nas instituições europeias deve ser reconquistada e isso só será possível se a atual organização da União Europeia e suas instituições sejam também repensadas e redesenhadas. Para que o Reino Unido não seja o primeiro país, de vários, a abandonar a UE.

Referências

- Accreditation Council for Graduate Medical Education. (2017). *A Quick Guide to the SWOT Analysis Department of Field Activities*. Retrieved from https://www.acgme.org/Portals/0/PDFs/SelfStudy/SS_SWOTGuide.pdf
- Alto Comissariado para as Migrações (ACM). (2014). Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI). Retrieved June 6, 2019, from <https://www.acm.gov.pt/-/fundo-para-o-asilo-a-migracao-e-a-integracao-fami>
- Armour, J. (2017). *Brexit and financial services* (Vol. 33). <https://doi.org/10.1093/oxrep/grx014>
- Armstrong, A., & Portes, J. (2016). *The Economic Consequences of Leaving the EU*. *National Institute Economic Review* (Vol. 236). <https://doi.org/10.1177/002795011623600101>
- Baldwin, R. E. (2016). *Brexit Beckons: Thinking ahead by leading economists*. *Brexit Beckons*: Retrieved from <https://cepr.org/content/brexit-beckons-thinking-ahead-leading-economists>
- Barrett, A., Bergin, A., Fitzgerald, J., Lambert, D., Mccoy, D., Morgenroth, E., ... Siedschlag, I. (2015). *Scoping the Possible Economic Implications of Brexit on Ireland Scoping the Possible Economic Implications of Brexit on Ireland*.
- Bartels, L. (2016). *The UK's status in the WTO after Brexit*. Retrieved from <https://www.peacepalacelibrary.nl/ebooks/files/407396411.pdf>
- BBA. (2018). *Staying in or leaving the EU single market*. Retrieved from <https://www.bba.org.uk/wp-content/uploads/2016/12/webversion-BQB-1-1.pdf>
- Begg, I., & Mushovel, F. (2017). *The economic impact of Brexit: jobs, growth and the public finances*. *London School of Economics*. Retrieved from <https://www.ons.gov.uk/economy/nationalaccounts/supplyandusetables/datasets/inputoutputsupplyandusetablessummaryta%0Ahttps://www.lse.ac.uk/europeanInstitute/LSE-Commission/Hearing-11-The-impact-of-Brexit-on-jobs-and-economic-growth-sumary.pdf>
- Bell, C. (2016). *Brexit, Northern Ireland and British-Irish Relations*. Retrieved from https://www.research.ed.ac.uk/portal/files/26882097/European_Futures_Article_No_96_Bell.pdf
- Bickerton, C., Gudgin, G., & Mills, J. (2018). *Brexit and the British Growth Model*. Retrieved from <https://policyexchange.org.uk/wp-content/uploads/2018/07/Brexit-and-the-British-Growth-Model.pdf>
- Birrell, D., & Gray, A. M. (2017). *Devolution : The Social , Political and Policy Implications of Brexit for Scotland , Wales and Northern Ireland* (4 No. 46). <https://doi.org/10.1017/S0047279417000393>
- Bisciari, P. (2019). *A survey of the long-term impact of Brexit on the UK and the EU27 economies*. Retrieved from <https://www.nbb.be/doc/ts/publications/wp/wp366en.pdf>

- Booth, S., Howarth, C., Persson, M., Ruparel, R., & Swidlicki, P. (2015). *What if...? The Consequences, challenges & opportunities facing Britain outside EU*. Retrieved from <http://europas-krisen.zdf.de/media/downloads/Brexit/150507-Open-Europe-What-If-Report-Final-Digital-Copy.pdf>
- Brakman, S., Garretsen, H., & Kohl, T. (2018). Consequences of Brexit and options for a ' Global Britain ,' (October 2017), 55–72. <https://doi.org/10.1111/pirs.12343>
- Burke, E. (2017). *Brexit and the threat to Northern Ireland*. Retrieved from https://cer.eu/sites/default/files/bulletin_115_eb_article1.pdf
- Burr, T. (2018). *The End of the Ever Closer Union. The End of the Ever Closer Union*. <https://doi.org/10.5771/9783845284712>
- Busch, B., & Matthes, J. (2016). *Brexit - the economic impact: A meta-analysis*. Cologne. Retrieved from <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/157171/1/IW-Report-2016-10.pdf>
- BusinessEurope. (2018). *JUNE 2018 BREXIT : THE CUSTOMS*. Retrieved from https://www.businesseurope.eu/sites/buseur/files/media/reports_and_studies/2018-06-12_brexit_and_customs_publication.pdf
- Comissão Europeia. (2014). *HORIZON 2020 em breves palavras*. <https://doi.org/10.2777/82557>
- Costa, R. D. S., & Cabral, T. S. (2018). *The European Union ' s existential crisis : current challenges from populism to Donald Trump * (Vol. 4)*. Retrieved from <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/54109>
- Crafts, N. (2016). *The Growth Effects of EU Membership for the UK : Review of the evidence*. Retrieved from <http://www.smf.co.uk/wp-content/uploads/2016/04/SMF-CAGE-The-Growth-Effects-of-EU-Membership-for-the-UK-a-Review-of-the-Evidence-.pdf>
- Craig, P. (2017). *BREXIT AND THE EUROPEAN UNION : PART I*. Retrieved from <https://academic.oup.com/yel/article/doi/10.1093/yel/yex005/4562542>
- Dalay, G. (2016). *Turkey and Europe after Brexit : Looking beyond EU membership*. Retrieved from <http://studies.aljazeera.net/en/reports/2016/10/turkey-europe-brexit-eu-membership-161018050604985.html>
- De Grauwe, P. (2016). *What future for the EU after brexit? Intereconomics (Vol. 51)*. <https://doi.org/10.1007/s10272-016-0612-0>
- de Zavala, A. G., Guerra, R., & Simão, C. (2017). The relationship between the brexit vote and individual predictors of prejudice: Collective narcissism, right wing authoritarianism, social dominance orientation. *Frontiers in Psychology, 8*(NOV), 1–14. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2017.02023>
- Dhingra, S., Ottaviano, G., Rappoport, V., Sampson, T., & Thomas, C. (2017). *UK trade and FDI: A post-Brexit perspective. Papers in Regional Science (Vol. 97)*.

<https://doi.org/10.1111/pirs.12345>

- Dhingra, S., Ottaviano, G., & Sampson, T. (2016). *The UK Treasury analysis of 'The long-term economic impact of EU membership and the alternatives': CEP Commentary*. Retrieved from <http://cep.lse.ac.uk/pubs/download/brexit04.pdf>
- Dhingra, S., Ottaviano, G., Sampson, T., & Reenen, J. Van. (2016). The consequences of Brexit for UK trade and living standards. *Center for Economic Performance, April*, 4–10. <https://doi.org/10.1186/1475-2891-11-11>
- Dhingra, S., & Sampson, T. (2016). *Life After Brexit: What are the UK's options outside the European Union*. Retrieved from <http://cep.lse.ac.uk/pubs/download/brexit01.pdf>
- Dupont, C., Eds, F. T., & Lewis, R. (2016). *Introducing the IES Brexit-Project*. Retrieved from https://www.ies.be/files/Intro_Brexit_1.pdf
- Dwyer, J. (2018). *Preparing for Brexit in rural Wales*. Retrieved from https://www.london.gov.uk/sites/default/files/preparing_for_brexit_final_report.pdf
- Emerson, M., Busse, M., Salvo, M. Di, Gros, D., & Pelkmans, J. (2017). *An Assessment of the Economic Impact of Brexit on the EU27*. *Centre for European Policy Studies*. <https://doi.org/10.1101/gad.198200.112.a>
- Emmerson, C., Johnson, P., Mitchell, I., & Phillips, D. (2016). *Brexit and the UK's Public Finances*. *Institute for Fiscal Studies*. Retrieved from <https://www.ifs.org.uk/uploads/publications/comms/r116.pdf>
- European Commission. (2018). DG Trade. Retrieved from <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/dc5a2f3e-88a1-11e8-ac6a-01aa75ed71a1/language-en/format-PDF/source-110663340>
- European Movement International. (2016). The consequences of a British exit from the European Union, 11. Retrieved from http://europeanmovement.eu/wp-content/uploads/2016/05/EMI_16_PolicyPosition_Brexit_17_VIEW_FINAL.pdf
- Eurostat. (2019). International Trade. Retrieved from https://ec.europa.eu/eurostat/guip/themeAction.do;jsessionid=KKXQbH_rGLjYUsOagkdKGI9VjEkcdGIF10EejCOAH17NqRco3x0k!-794189325
- EY. (2018). *EY Attractiveness Survey Europe 2018*. Retrieved from [https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/ey-attractiveness-survey-europe-june-2018/\\$FILE/EY-Attractiveness-Survey-Europe-June-2018-Game-changers.pdf](https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/ey-attractiveness-survey-europe-june-2018/$FILE/EY-Attractiveness-Survey-Europe-June-2018-Game-changers.pdf)
- Faus-Pujol, M., & Higuera-Arnal, A. (2000). Does a demographic deficit exist? *Applied Geography - APPL GEOGR*, 20, 243–253. [https://doi.org/10.1016/S0143-6228\(00\)00005-9](https://doi.org/10.1016/S0143-6228(00)00005-9)
- Felbermayr, G., Fuest, C., Gröschl, J., & Stöhlker, D. (2017). *Economic Effects of Brexit on the European Economy* (Vol. 1). Retrieved from https://www.cesifo-group.de/DocDL/EconPol_Policy_Report_04_2017_Brexit.pdf

- Felbermayr, G., Gröschl, J., Heiland, I., Braml, M., & Steininger, M. (2017). *Ökonomische Effekte eines Brexit auf die deutsche und europäische Wirtschaft*. Retrieved from https://www.bmwi.de/Redaktion/DE/Publikationen/Studien/oekonomische-effekte-eines-brexit-auf-die-deutsche-wirtschaft.pdf?__blob=publicationFile&v=12
- Flynn, P. Mac. (2016). *The Economic Implications of Brexit for Northern Ireland*. Retrieved from https://www.nerinstitute.net/download/pdf/brexit_wp_250416.pdf
- Forte, R. (2011). *Economia Internacional*. Retrieved from https://www.fep.up.pt/docentes/joao/material/EI/EI_14_indicadores.pdf
- Fossum, J. E. (2016). *Norwegian Reflections on Brexit Norwegian Reflections on Brexit*. Retrieved from <https://doi.org/10.1111/1467-923X.12287>
- Goodwin, M. J. (2017). *Brexit: Causes & Consequences. Recent JEF Activity*. Retrieved from https://www.jef.or.jp/journal/pdf/216th_Recent_JEF_Activity_02.pdf
- Gregor, I. (2015). BREXIT: the impact on the UK and the EU. *Global Counsel*, (June), 1–44. Retrieved from https://www.global-counsel.co.uk/sites/default/files/special-reports/downloads/Global_Counsel_Impact_of_Brexit.pdf
- Griffith, N., & Amess, S. D. (2018). *ALL-PARTY PARLIAMENTARY GROUP on BREXIT AND LANGUAGES*. Retrieved from https://www.britishcouncil.org/sites/default/files/appgmfl-mflbrexit_oct16.pdf
- Guma, T., & Dafydd Jones, R. (2018). "Where are we going to go now?" *European Union migrants' experiences of hostility, anxiety, and (non-)belonging during Brexit. Population, Space and Place*. <https://doi.org/10.1002/psp.2198>
- Gurel, E. (2017). *SWOT analysis: a theoretical review*. Retrieved from https://www.researchgate.net/publication/319367788_SWOT_ANALYSIS_A_THEORETICAL_REVIEW
- Henderson, A., Jeffery, H., Wincott, D., & Jones, R. W. (2017). *How Brexit Was Made in England*. Retrieved from <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1369148117730542>
- HM Government. (2016). *HM Treasury analysis: the long-term economic impact of EU membership and the alternatives. Parliament by the Chancellor of the Exchequer by command of Her Majesty*. Retrieved from https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/517415/treasury_analysis_economic_impact_of_eu_membership_web.pdf
- HM Government. (2018). *EU Exit Long-term economic analysis*. Retrieved from EU Exit Long-term economic analysis
- Howarth, D., & Quaglia, L. (2018). Brexit and the battle for financial services, *1763*. Retrieved from <https://doi.org/10.1080/13501763.2018.1467950>
- Hudson, N. (2016). *The Economic Implications of Brexit*.

- Hufnagel, S. (2016). 'Third Party' Status in EU Policing and Security, 16.
<https://doi.org/10.18261/issn.1894-8693-2016-02-07>
- Hunt, J., Minto, R., Woolford, J., & Centre, W. G. (2016). *Winners and Losers: the EU Referendum Vote and its Consequences for Wales* (Vol. 12). Retrieved from
<http://orca.cf.ac.uk/97449/1/812-4269-1-PB.pdf>
- IAASA. (2018). *Brexit and its potential impact on Audit and Accountancy*. Retrieved from
<https://www.iaasa.ie/getmedia/d1e4283e-c960-4594-874e-f094c479615a/IAASA-Brexit-Paper-May-2018.pdf>
- Index Mundi. (2018a). Taxa de Fertilidade. Retrieved from
<https://www.indexmundi.com/g/g.aspx?v=31&c=uk&l=en>
- Index Mundi. (2018b). Taxa de Natalidade. Retrieved June 7, 2019, from
<https://www.indexmundi.com/g/g.aspx?c=uk&v=25>
- International Monetary Fund. (2019). Statistics. Retrieved May 18, 2019, from
https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2019/01/weodata/weorept.aspx?sy=2007&ey=2019&scsm=1&ssd=1&sort=country&ds=.&br=1&pr1.x=60&pr1.y=9&c=112&s=NGDP_R%2CNGDP_RPCH%2CNGDP%2CNGDPD%2CPPPGDP%2CNGDP_D%2CNGDPRPC%2CNGDPRPPPC%2CNGDPPC%2CNGDPDPC%2CPPPPC%2CNGAP
- International Trade Centre. (2019a). Exportação de bens. Retrieved May 19, 2019, from
https://www.trademap.org/Product_SelCountry_TS.aspx?nvpm=1%7C826%7C%7C%7C%7CCTOTAL%7C%7C%7C2%7C1%7C1%7C2%7C2%7C1%7C1%7C1%7C1
- International Trade Centre. (2019b). Importações de bens. Retrieved May 19, 2019, from
https://www.trademap.org/Product_SelCountry_TS.aspx?nvpm=1%7C826%7C%7C%7C%7CCTOTAL%7C%7C%7C2%7C1%7C1%7C1%7C2%7C1%7C1%7C1%7C1
- International Trade Centre. (2019c). Serviços exportados. Retrieved May 19, 2019, from
https://www.trademap.org/Service_SelCountry_TS.aspx?nvpm=1%7C826%7C%7C%7C%7C%7C%7CS00%7C1%7C3%7C1%7C2%7C2%7C1%7C5%7C1%7C1
- International Trade Centre. (2019d). Serviços importados. Retrieved May 19, 2019, from
https://www.trademap.org/Service_SelCountry_TS.aspx?nvpm=1%7C826%7C%7C%7C%7C%7C%7CS00%7C1%7C3%7C1%7C1%7C2%7C1%7C5%7C1%7C1
- Ishchy, U. B. (2019). *Financial Impact of Brexit*. Retrieved from
https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3308398
- Jackowicz, K., Kozłowski, Ł., & Podgórski, B. (2017). The distant echo of Brexit: Did exporters suffer the most? *Finance Research Letters*, 21, 132–139.
<https://doi.org/10.1016/j.frl.2016.11.012>
- Lea, B. R. (2018). *Trading with the EU post-Brexit: the WTO option is perfectly feasible*. Retrieved from
http://www.arbuthnotgroup.com/upload/marketmatter/documents/6_august_2018.pdf

- Lea, B. R., Ireland, N., & West, S. (2016). *Post-Brexit trading options for the UK*. Retrieved from <https://www.arbuthnotlatham.co.uk/wp-content/uploads/2016/07/4th-July-Perspectives-Final.pdf>
- Macrotrends. (n.d.). Pound Dollar Exchange Rate. Retrieved May 15, 2019, from <https://www.macrotrends.net/2549/pound-dollar-exchange-rate-historical-chart>
- Marchettiaprile, F. (2019). English as lingua franca in post- Brexit EU. Retrieved June 2, 2019, from <https://www.theserendipityperiodical.it/2019/04/15/english-as-lingua-franca-in-post-brexit-eu/>
- Miethe, J., & Pothier, D. (2016). *Brexit: What's at Stake for the Financial Sector?* Retrieved from <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/144931/1/865284334.pdf>
- Mix, D. E. (2018). *The United Kingdom : Background , Brexit , and Relations with the United States*. Retrieved from <http://www.goodtimesweb.org/diplomacy/2015/RL33105.pdf>
- Modiano, M. (2017). English in a post-Brexit European Union. *World Englishes*, 36(3), 313–327. <https://doi.org/10.1111/weng.12264>
- Morrow, D. (2016). *Playing Jenga ? Northern Ireland after Brexit*. Retrieved from <https://pure.ulster.ac.uk/ws/files/11594709/2041905816666147.pdf>
- OECD. (2018). *European Union* (Vol. 8). Retrieved from <http://www.riss.kr/link?id=A76409619>
- Office of national statistics. (2018). Provisional Long-Term International Migration estimates. Retrieved from <https://www.ons.gov.uk/file?uri=/peoplepopulationandcommunity/populationandmigration/internationalmigration/datasets/migrationstatisticsquarterlyreportprovisionallongterminternationalmigrationltimeestimates/current/provisionalestimatesoflongterminternationalmigrationyedecember2018.xls>
- Oliver Wyman. (2016). *THE IMPACT OF THE UK ' S EXIT FROM THE EU ON THE UK-BASED FINANCIAL SERVICES SECTOR*. Retrieved from https://www.oliverwyman.com/content/dam/oliver-wyman/global/en/2016/oct/Brexit_POV.PDF
- Pain, N., & Young, G. (2004). The macroeconomic impact of UK withdrawal from the EU. *Economic Modelling*, 21(3), 387–408. [https://doi.org/10.1016/S0264-9993\(02\)00068-8](https://doi.org/10.1016/S0264-9993(02)00068-8)
- Portugal Global. (2017). *Reino Unido Ficha de Mercado*. Retrieved from <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detalhe.aspx?documentId=70510315-445c-4677-8649-1a452d59d18b>
- Rogério, A., & Barrinha, A. (2013). *A AGENDA EXTERNA DA UE A União Europeia e a Turquia ambiguidades e indefinições para*. Retrieved from http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri14/RI14_12ARLeitao_ABarrinha.pdf
- Sabbaghi, A., & Colton, D. (2004). *SWOT Analysis and Theory of Constraint in Information*

- Technology Projects* (Vol. 2). Retrieved from [http://isedj.org/2/23/ISEDJ.2\(23\).Sabbaghi.pdf](http://isedj.org/2/23/ISEDJ.2(23).Sabbaghi.pdf)
- Samitas, A., Polyzos, S., & Siriopoulos, C. (2018). Brexit and financial stability : An agent-based simulation ☆. *Economic Modelling*, 69(September 2017), 181–192. <https://doi.org/10.1016/j.econmod.2017.09.019>
- Sampson, T. (2017). *Brexit: The Economics of International Disintegration*. *Journal of Economic Perspectives* (Vol. 31). <https://doi.org/10.1257/jep.31.4.163>
- Santander. (2018). Valores de Comércio no Reino Unido. Retrieved May 19, 2019, from <https://pt.portal.santandertrade.com/analise-os-mercados/reino-unido/valores-do-comercio-2>
- Schoof, Ulrich; Petersen, Thieß; Aichele, Rahel; Felbermayr, G. (2015). *Brexit – potential economic consequences if the UK exits the EU*. Retrieved from <http://aei.pitt.edu/73925/1/2015.5-en.pdf>
- Scottish Government. (2016). *Potential Implications of the UK Leaving the EU on Scotland 's Long Run Economic Performance*. Retrieved from <https://www.gov.scot/publications/implications-uk-leaving-eu/>
- Sheldon, I., Kierzenkowski, R., Pain, N., Rusticelli, E., Zwart, S., Eu, T. H. E., ... Chadha, J. (2016). *The Economic Consequences of Brexit: A Taxing Decision*. *OECD* (Vol. 48). <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1787/5jm0lsvdkf6k-en>
- Stevović, M. (2018). *Economic impacts of Brexit to EU27 and UK* (Vol. 46). <https://doi.org/10.5937/industrija46-16262>
- The World Bank. (2018). GDP (CURRENT \$). Retrieved May 21, 2019, from <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?locations=GB>
- The World Bank. (2019). *Doing Business 2019*. Retrieved from https://www.doingbusiness.org/content/dam/doingBusiness/media/Annual-Reports/English/DB2019-report_web-version.pdf
- Tuncay, M. (2015). *SWOT Analysis in Strategic Management and a Sample Application in Public*. Retrieved from https://mpira.uni-muenchen.de/67213/1/MPRA_paper_67213.pdf
- Ulrich, H. (2018). *Brexit, Nationality and Union Citizenship: Bottom Up*. Retrieved from https://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/59115/RSCAS_2018_49.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- UNCTADSTAT. (2018). FDI inward stock as a percentage of gross domestic product. Retrieved March 18, 2019, from <https://unctadstat.unctad.org/wds/TableView/tableView.aspx>
- United Nations. (2015). Migrant Stock. Retrieved from https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/data/estimates2/data/UN_MigrantStockByOriginAndDestination_2015.xlsx

- Vousden, K. H. (2019). *Brexit negotiations : what is next for science ?*
<https://doi.org/10.15252/embr.201948026>
- Wadsworth, J., Dhingra, S., Ottaviano, G. I. P., & Reenen, J. Van. (2016). *Brexit and the Impact of Immigration on the UK. The London School of Economics and Political Science*. Retrieved from <https://cep.lse.ac.uk/pubs/download/brexit05.pdf>
- Waelen, M. (2019). *Brexit Means Brexit A Substantive Analysis of the Withdrawal of the United Kingdom from the European Union*. Retrieved from https://essay.utwente.nl/77811/1/Waelen_MA_BMS.pdf
- Whitman, R. G. (2017). *Devolved External Affairs : The Impact of Brexit*. Retrieved from <https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/publications/research/2017-02-09-devolved-external-affairs-brexit-whitman-final.pdf>
- Willem Velthuijsen, J., & Bernard, L. (2016). Brexit Monitor The impact of Brexit on (global) trade. *Price Waterhouse Coopers*, 1–11. Retrieved from <https://www.pwc.nl/nl/brexit/documents/pwc-brexit-monitor-trade.pdf>
- World Bank Group. (2018). GDP growth (annual %). Retrieved May 21, 2019, from <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2017&locations=GB&start=2000>
- Zabolotsky, Boris Perius ; Hoff, Natali Laise Zamboni discursiva do discurso anti-imigração e na campanha “ Vote Leave ” Brexit, E. U. and the S. of. (2018). *Brexit, União Européia e a Securitização da Imigração: o papel do Think Tank britânico “Civitas” na construção discursiva do discurso anti-imigração e na campanha “Vote Leave”* (Vol. 17). Rio de Janeiro. Retrieved from <http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewFile/495/273>
- Zhang, A. (2018). New Findings on Key Factors Influencing the UK ' s Referendum on Leaving the EU. *World Development*, 102, 304–314.
<https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2017.07.017>

Anexos

Ilustrações:

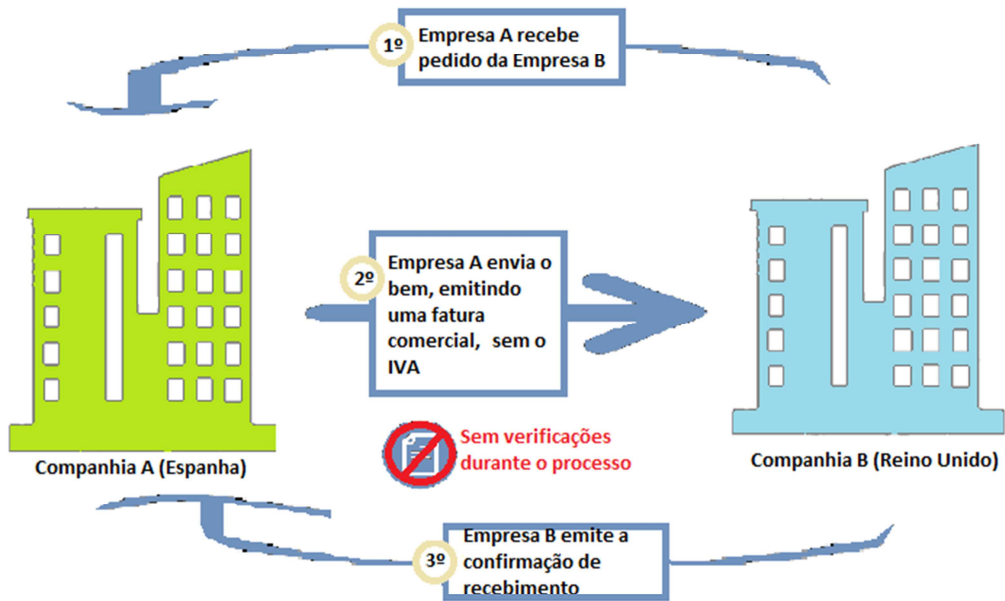
Anexo 1 - Tratado da União Europeia, artigo 50º

TRATADO DA UNIÃO EUROPEIA (versão consolidada disponível no Parlamento)

ARTIGO 50.º

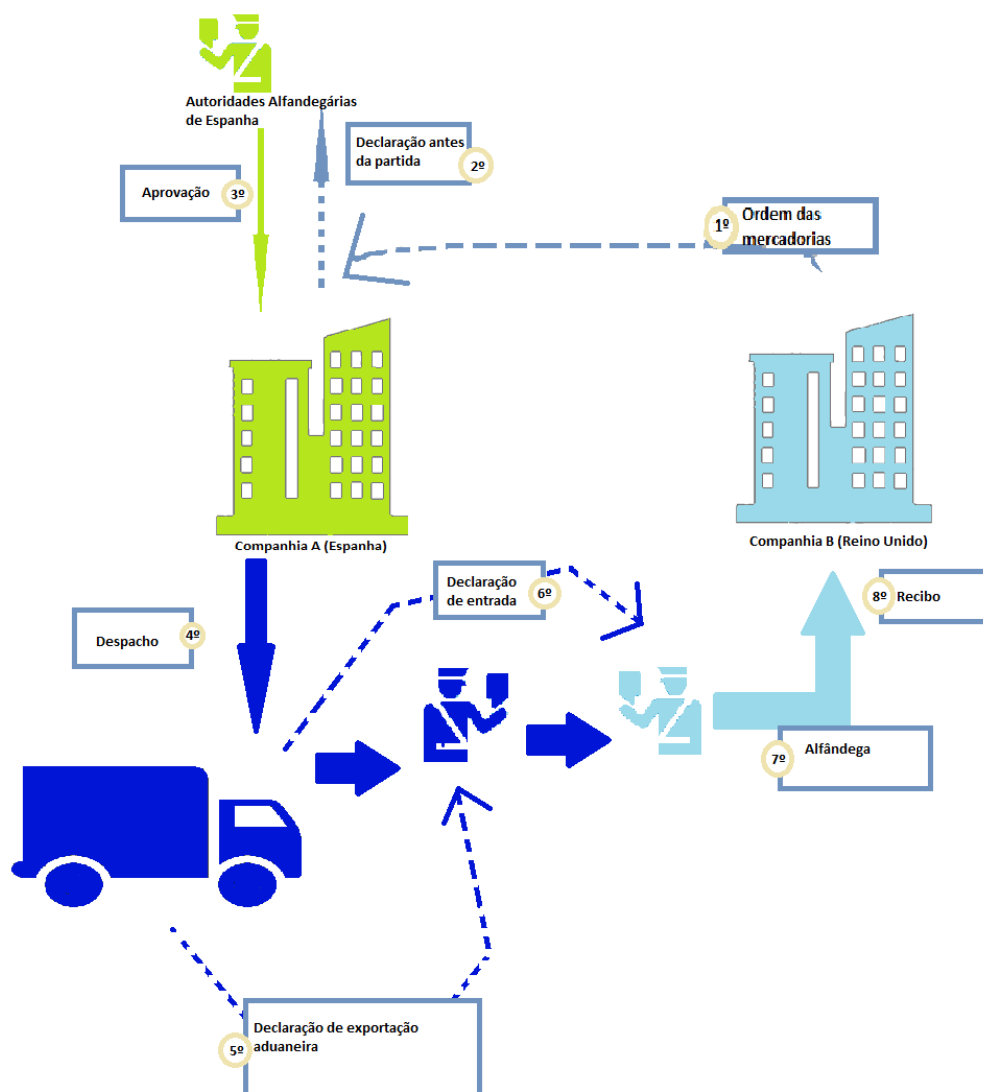
1. Qualquer Estado-Membro pode decidir, em conformidade com as respetivas normas constitucionais, retirar-se da União.
2. Qualquer Estado-Membro que decida retirar-se da União notifica a sua intenção ao Conselho Europeu. Em função das orientações do Conselho Europeu, a União negocia e celebra com esse Estado um acordo que estabeleça as condições da sua saída, tendo em conta o quadro das suas futuras relações com a União. Esse acordo é negociado nos termos do n.º 3 do artigo 218.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. O acordo é celebrado em nome da União pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada, após aprovação do Parlamento Europeu.
3. Os Tratados deixam de ser aplicáveis ao Estado em causa a partir da data de entrada em vigor do acordo de saída ou, na falta deste, dois anos após a notificação referida no n.º 2, a menos que o Conselho Europeu, com o acordo do Estado-Membro em causa, decida, por unanimidade, prorrogar esse prazo.
4. Para efeitos dos n.ºs 2 e 3, o membro do Conselho Europeu e do Conselho que representa o Estado-Membro que pretende retirar-se da União não participa nas deliberações nem nas decisões do Conselho Europeu e do Conselho que lhe digam respeito. A maioria qualificada é definida nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 238.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.
5. Se um Estado que se tenha retirado da União voltar a pedir a adesão, é aplicável a esse pedido o processo referido no artigo 49.º.

Anexo 2 - Antes do Brexit (sem declarações alfandegárias)



Fonte: (BusinessEurope, 2018), Realização própria

Anexo 3 - Após o Brexit (necessárias inúmeras declarações)



Fonte: (BusinessEurope, 2018), Realização própria

Tabelas:

Anexo 4 - Eventos do Brexit

23/06/2016	Resultado do referendo (51,9% a favor do Brexit)
13/07/2016	Theresa May torna-se 1º Ministra do Reino Unido
29/03/2017	Notificação formal sobre a retirada britânica é enviada para a UE
30/03/2017	Publicada a Grande Lei de Revogação pelo Reino Unido
19/06/2017	Início da 1º fase das negociações sobre o Brexit
08/12/2017	Acordo sobre a 1º fase das negociações sobre o Brexit
19/03/2018	Publicado o primeiro esboço sobre a 1º fase das negociações sobre o Brexit
14/11/2018	Acordo sobre o Brexit e a Declaração política sobre os relacionamentos futuros
25/11/2018	Aceitação por parte dos 27 chefes de estado sobre o Brexit
10/12/2018	O Tribunal da Justiça da União Europeia admite que a retirada é um direito soberano do Reino Unido
15/01/2019	O Parlamento Britânico vota contra o acordo da retirada
11/03/2019	Acordo sobre o instrumento comum para alterar o protocolo sobre a Irlanda e a Irlanda do Norte
12/03/2019	O Parlamento Britânico vota contra o novo acordo da retirada
13/03/2019	O Parlamento Britânico vota contra o cenário OMC do Brexit
14/03/2019	O Parlamento Britânico vota por um acordo sobre o dia da retirada
21/03/2019	Primeiro acordo sobre o atraso de saída do Reino Unido da união
29/03/2019	Dia original do Brexit
10/04/2019	Segundo acordo sobre o atraso de saída do Reino Unido da união
12/04/2019	Antigo prazo para o Parlamento Britânico transmitir a saída
22/05/2019	Antigo novo dia sobre a saída da UE
31/10/2019	Novo dia da saída da União Europeia

Fonte: (Waelen, 2019), realização própria

Anexo 5 - Resultados do Referendo

País	Ficar (%)	Sair (%)
Inglaterra	46,6	53,4
Escócia	62	38
Irlanda do Norte	55,8	44,2
País de Gales	47,5	52,5

Fonte: (Whitman, 2017), realização própria

Anexo 6 - Quadro-resumo Comércio Internacional do Reino Unido, em 2016 e 2017

Reino Unido	2016	2017
Total de importações (em milhões de €)	574.908,2	569.598,6
Total de exportações (em milhões de €)	370.023	390.824,1
Balança de transações (em milhões de €)	-204.885,3	-178.774,4
PIB pm (em mil milhões de £)	1.961,1	2.045,5
PIB pm (em mil milhões de €) ¹²	2.234,65	2.330,82

Fonte: *(Eurostat, 2019), realização própria*

Anexo 7 - N° de emigrantes britânicos (em 2015)

Países	N° de emigrantes britânicos (em 2015)
Austrália	1.289.396
Estados Unidos da América	714.999
Canadá	607.377
África do Sul	318.536
Espanha	308.821
Nova Zelândia	265.014
Irlanda	254.761
França	185.344
Alemanha	103.352
Itália	64.986
Ilhas do Canal	59.380
Holanda	49.549
Suíça	48.058
Chipre	40.547
Polónia	34.545
Bangladesh	33.470
Indonésia	30.446

Fonte: *(United Nations, 2015), realização própria*

¹² Foi usada a taxa de câmbio do dia 20/05/2019

Anexo 8 - Efeitos no Rendimento Bruto e Máximos Custos Fiscais, em mil milhões de euros (€)

País	Cenário pessimista	Cenário otimista	Máximo de custos fiscais
Alemanha	6,71	2,62	4,63
Áustria	0,36	0,16	0,51
Bélgica	1,77	0,80	0,39
Bulgária	0,08	0,05	0,04
Chipre	0,08	0,04	0,01
Croácia	0,04	0,03	0,04
Dinamarca	0,77	0,41	0,26
Eslováquia	0,04	0,02	0,07
Eslovênia	0,27	0,19	0,04
Espanha	1,48	0,4	1,00
Estónia	0,04	0,02	0,02
Finlândia	0,33	0,14	0,20
França	3,63	1,92	2,10
Grécia	0,21	0,13	0,17
Hungria	0,25	0,09	0,10
Irlanda	4,08	1,85	0,18
Itália	2,26	0,97	1,52
Letónia	0,05	0,02	0,02
Lituânia	0,08	0,04	0,03
Luxemburgo	0,87	0,25	0,04
Malta	0,12	0,05	0,01
Países Baixos	3,12	1,52	1,01
Polónia	1,07	0,54	0,39
Portugal	0,28	0,14	0,16
Reino Unido	30,21	12,66	-14,00
República Checa	0,36	0,12	0,14
Roménia	0,18	0,09	0,15
Suécia	1,03	0,52	0,68
UE27	29,56	13,49	14,00

Fonte: (Felbermayr, Fuest, et al., 2017), realização própria

Anexo 9 - Países classificados pela sua exposição ao Brexit

Classificação	País	Pontuação
1	Países Baixos	28
2	Irlanda	25
3	Chipre	23
4	Portugal	17
5	Grécia	16
5	Malta	16
7	Suécia	15
8	Dinamarca	14
9	República Checa	13
10	Bélgica	13
10	Letónia	13
10	Lituânia	13
13	Alemanha	13
14	Luxemburgo	12
15	Eslováquia	12
15	Espanha	12
17	Finlândia	11
18	Estónia	9
18	França	9
18	Hungria	9
21	Polónia	8
22	Bulgária	7
23	Áustria	7
24	Roménia	5
25	Itália	5
26	Croácia	4
26	Eslovénia	4

Fonte: (Gregor, 2015), realização própria

Anexo 10 - Perdas no PIB para os vários cenários do Brexit (%)

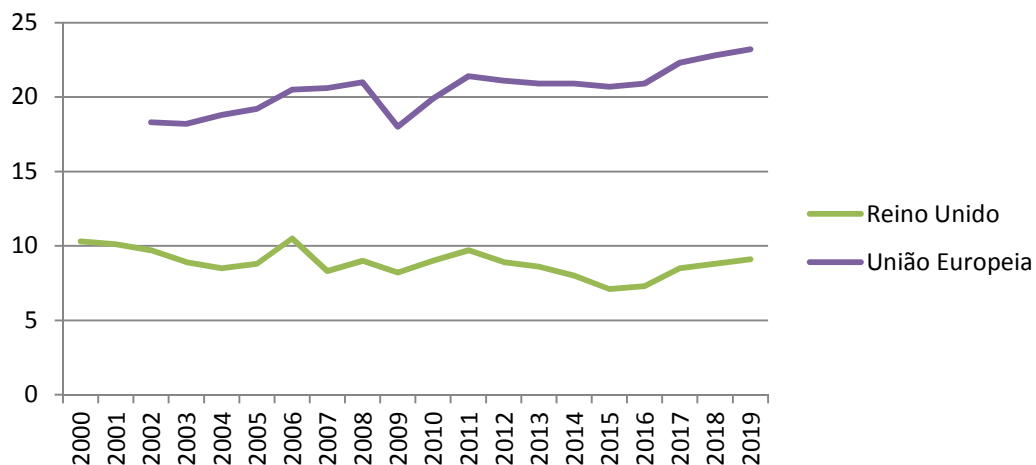
País	Cenário OMC	Cenário da Suíça	Cenário da Noruega
Irlanda	-2,03	-0,77	-0,52
Reino Unido	-1,73	-0,36	-0,4
Malta	-1,65	-0,23	-0,46
Luxemburgo	-1,4	0,02	-0,37
Chipre	-0,51	-0,13	-0,15
Bélgica	-0,46	-0,14	-0,13
Países Baixos	-0,44	-0,15	-0,14
Eslováquia	-0,35	-0,19	-0,15
Dinamarca	0,31	-0,12	-0,1
Polónia	-0,27	-0,12	-0,08
UE27	-0,26	-0,09	-0,07
Suécia	-0,26	-0,09	-0,08
Hungria	-0,24	-0,09	-0,06
Alemanha	-0,23	-0,09	-0,06
República Checa	-0,23	-0,09	-0,06
Estónia	-0,23	-0,1	-0,07
Letónia	-0,22	-0,08	-0,06
Lituânia	-0,21	-0,1	-0,06
Bulgária	-0,2	-0,1	-0,08
França	-0,19	-0,07	-0,06
Finlândia	-0,17	-0,06	-0,05
Portugal	-0,17	-0,07	-0,05
Espanha	-0,15	-0,06	-0,04
Itália	-0,15	-0,06	-0,04
Grécia	-0,13	-0,05	-0,05
Roménia	-0,13	-0,05	-0,04
Eslovénia	-0,13	-0,05	-0,04
Áustria	-0,11	-0,04	-0,03
Croácia	-0,11	-0,05	-0,04

Fonte: (Bisciari, 2019), realização própria

Gráficos:

Relações entre o Reino Unido e a Europa:

Anexo 11 - Exportações Intra UE (em % do PIB)



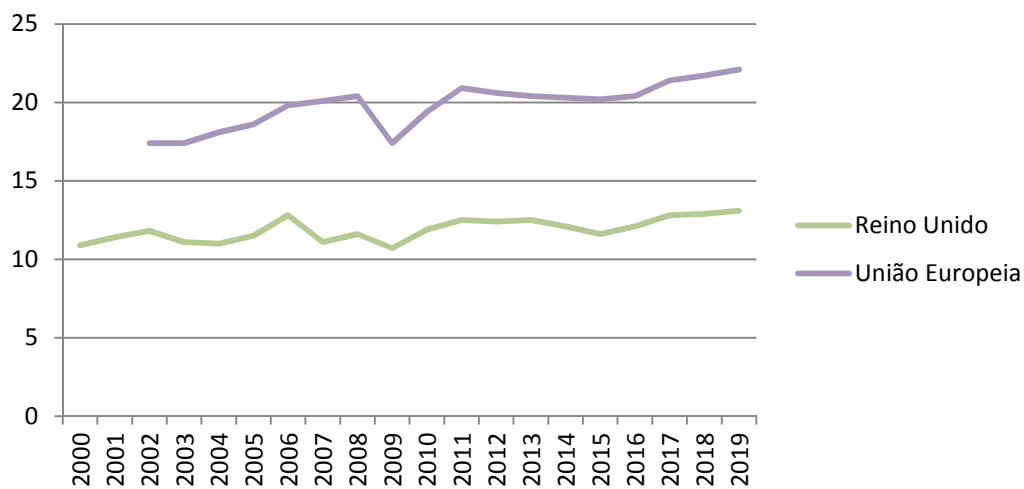
Fonte: (EU Commission Economic Forecast, 23 outubro 2017), realização própria

Anexo 12 - Exportações Extra UE (em % do PIB)



Fonte: (EU Commission Economic Forecast, 23 outubro 2017), realização própria

Anexo 13 - Importações Intra UE (em % do PIB)



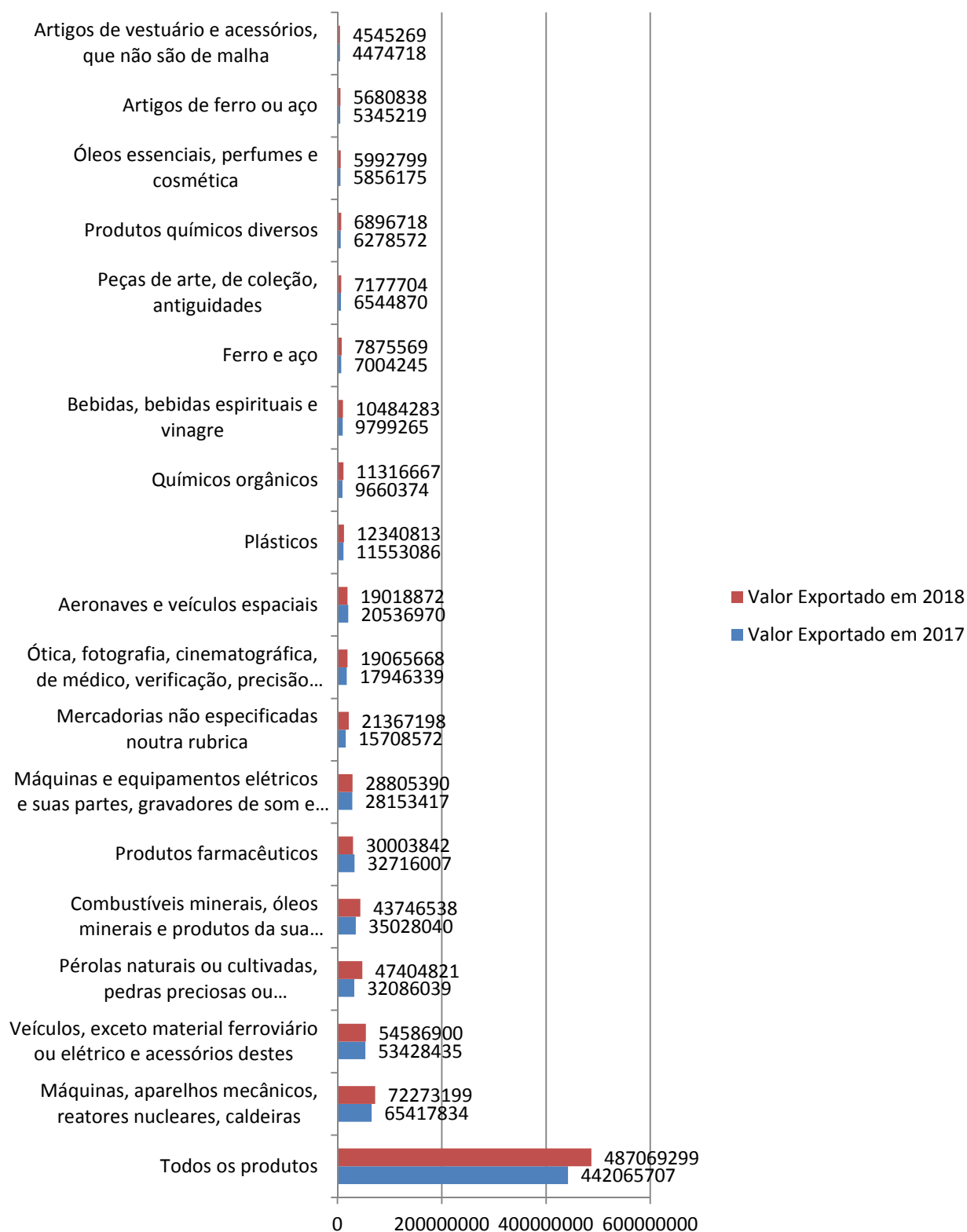
Fonte: (EU Commission Economic Forecast, 23 outubro 2017), realização própria

Anexo 14 - Importações Extra UE (em % do PIB)



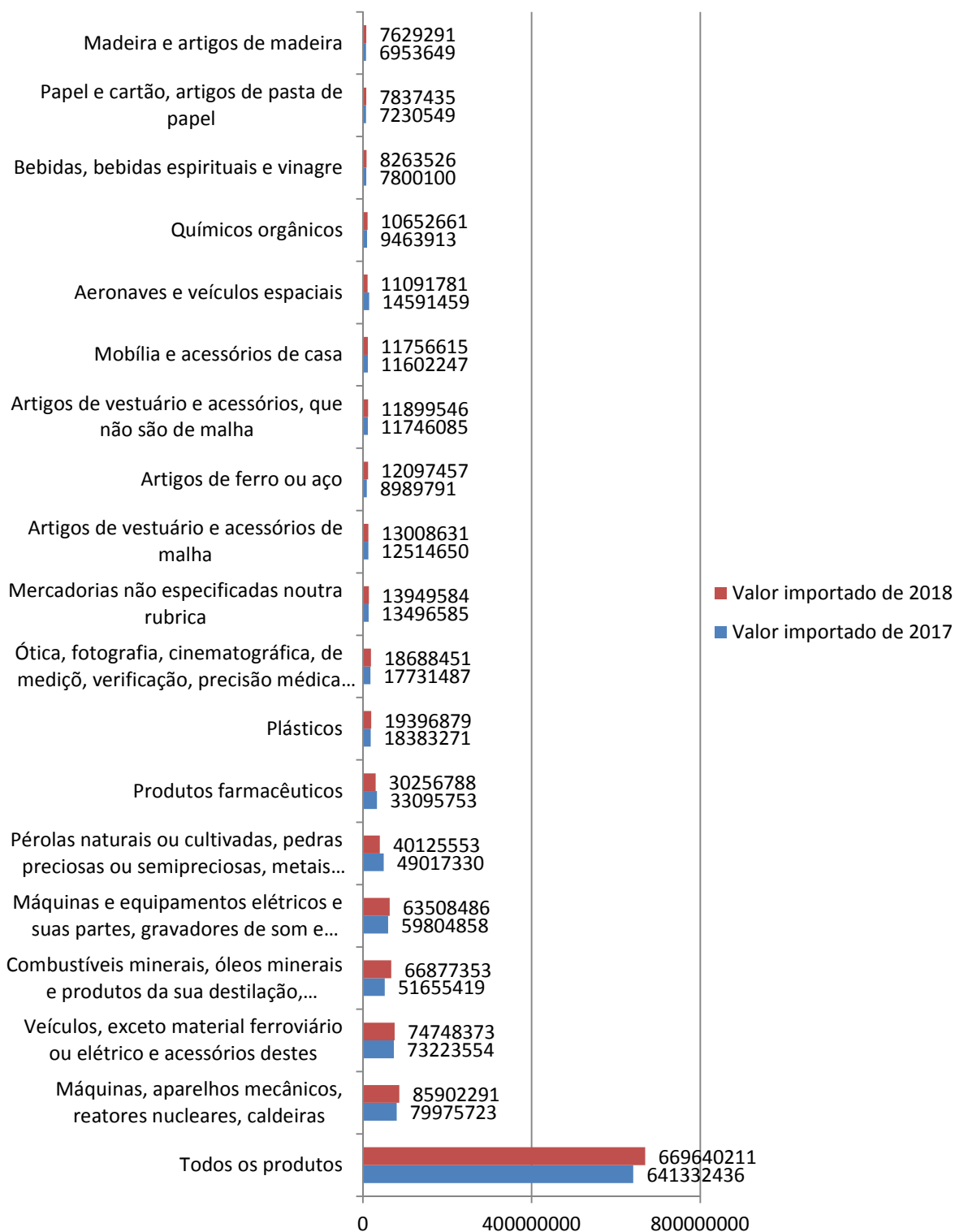
Fonte: (EU Commission Economic Forecast, 23 outubro 2017), realização própria

Anexo 15 - Maiores exportações dos bens do Reino Unido, em 2017 e 2018, em dólares (\$)



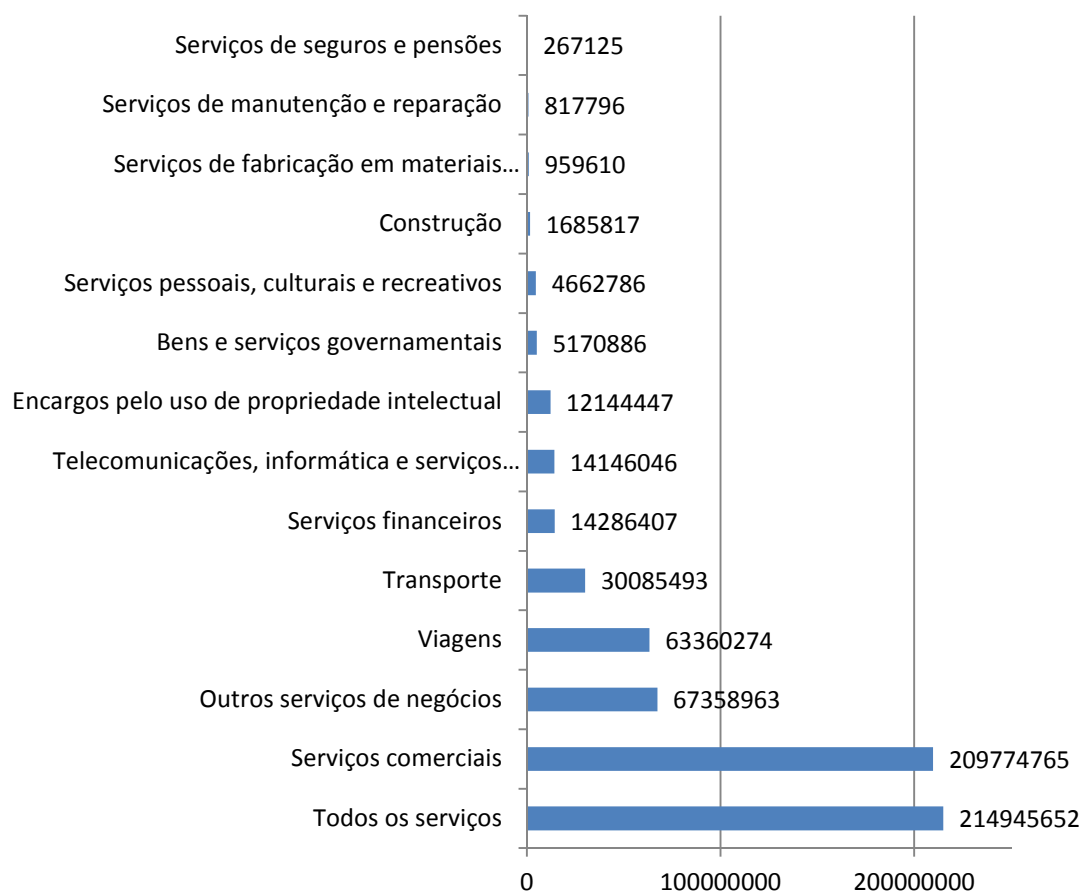
Fonte: (International Trade Centre, 2019a), *realização própria*

Anexo 16 - Maiores importações dos bens para o Reino Unido, em 2017 e 2018, em dólares (\$)



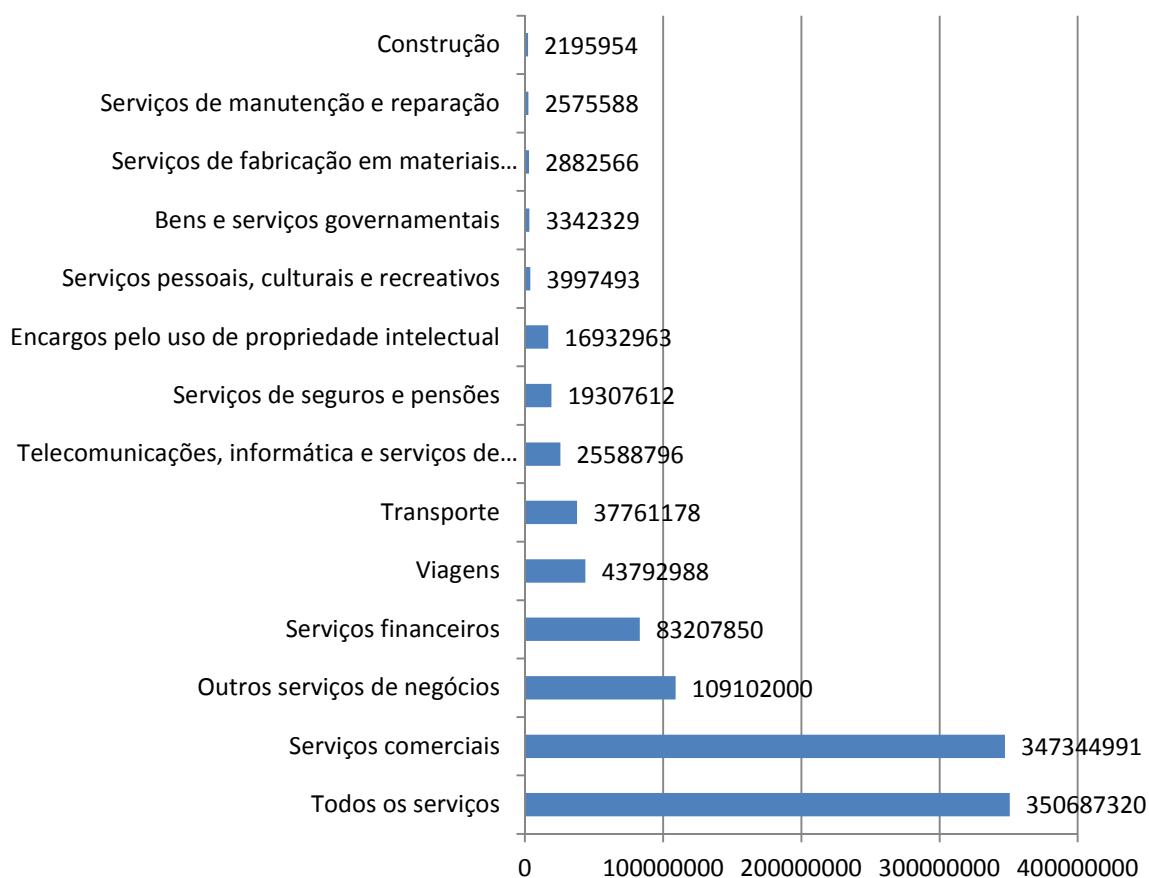
Fonte: (International Trade Centre, 2019b), *realização própria*

Anexo 17 - Maiores importações de serviços no Reino Unido, em 2017, em dólares (\$)



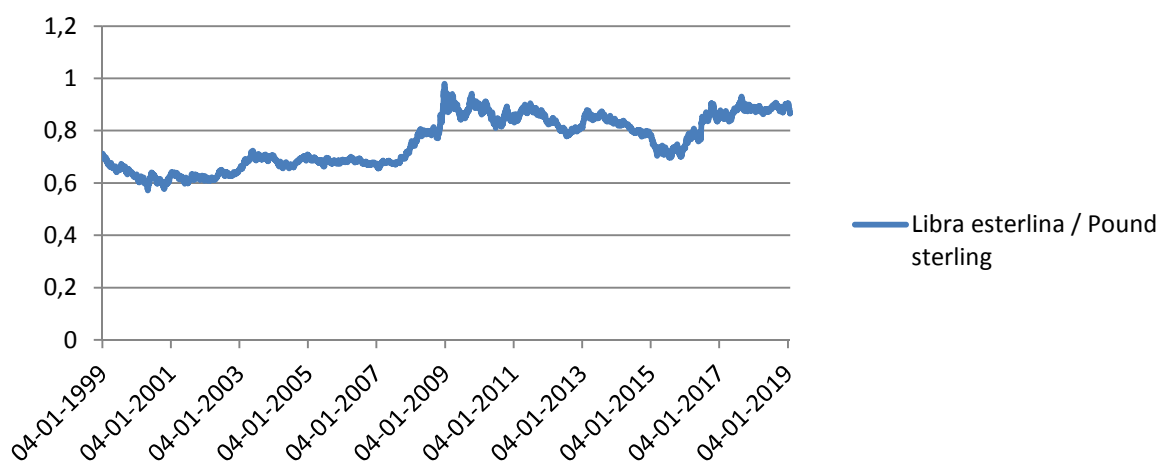
Fonte: (International Trade Centre, 2019d), *realização própria*

Anexo 18 - Serviços exportados no Reino Unido, em 2017, em dólares (\$)



Fonte: (International Trade Centre, 2019c), *realização própria*

Anexo 19 - Taxa de câmbio da Libra em relação ao Euro



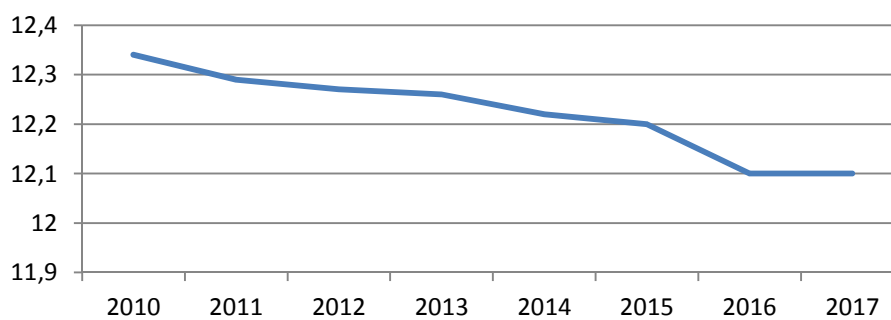
Fonte: *Banco de Portugal, realização própria*

Anexo 20 - Taxa de câmbio da Libra em relação ao Dólar



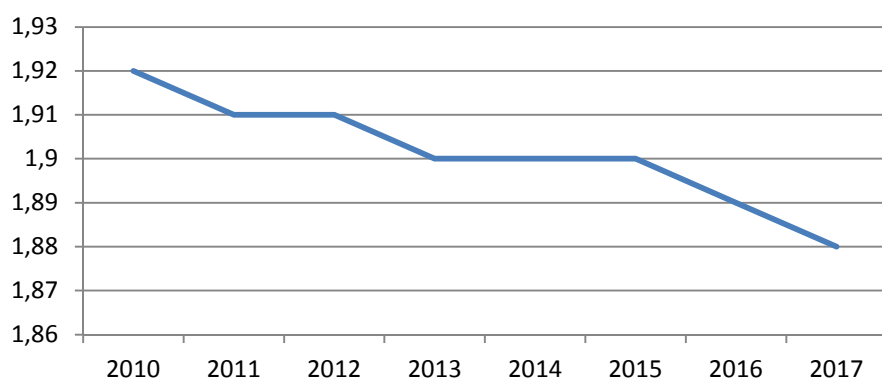
Fonte: *(Macrotrends)*

Anexo 21 - Evolução da Taxa de Natalidade do Reino Unido



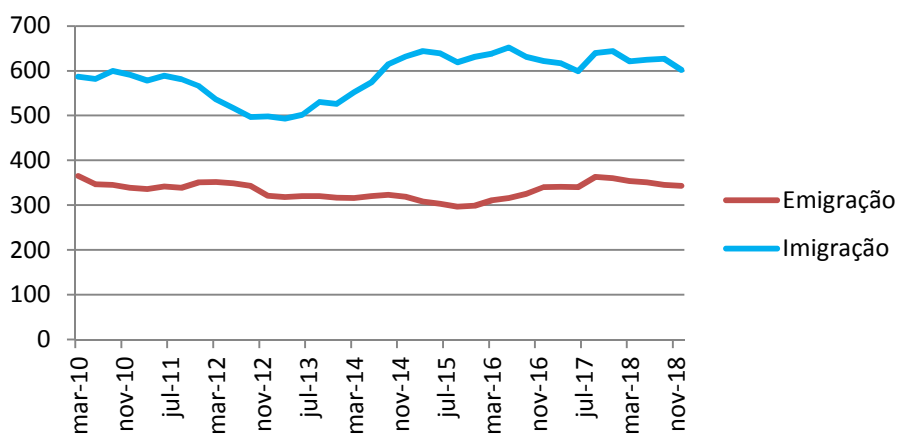
Fonte: *(Index Mundi, 2018b), realização própria*

Anexo 22 - Evolução da Taxa da Fertilidade do Reino Unido



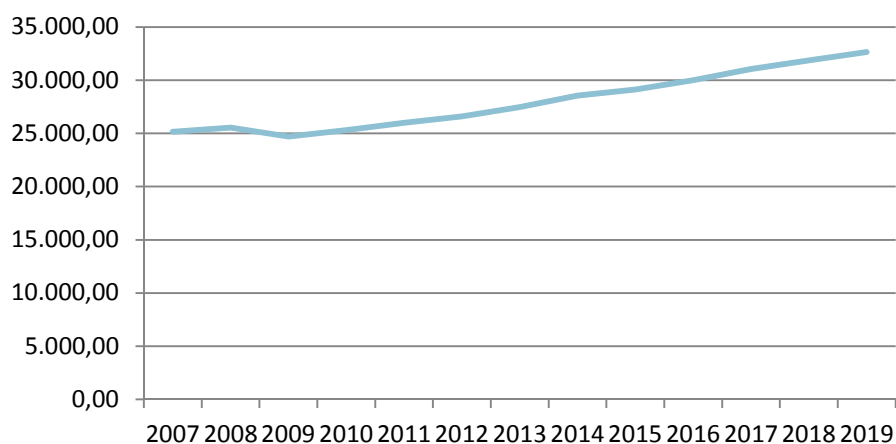
Fonte: (*Index Mundi, 2018a*), realização própria

Anexo 23 - Movimentos Migratórios, no Reino Unido, em milhares



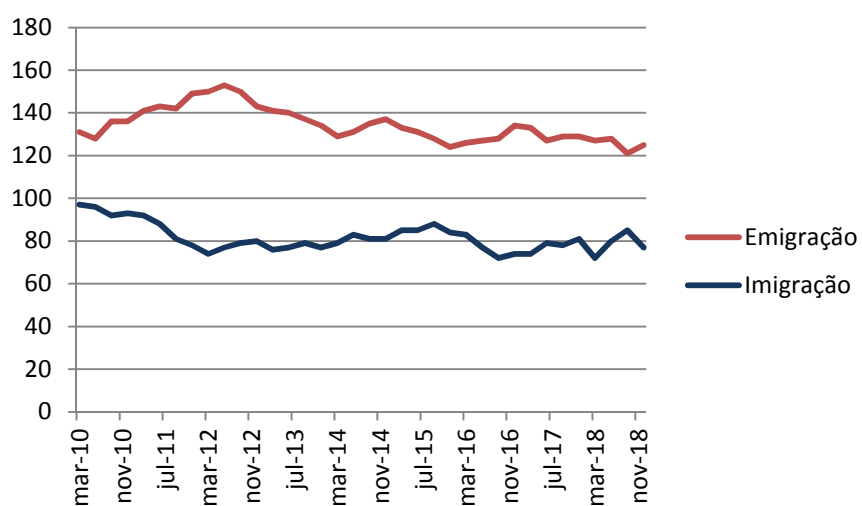
Fonte: (*Office of national statistics, 2018*), realização própria

Anexo 24 - PIB per capita do Reino Unido, a preços correntes, em libras (£)



Fonte: *(International Monetary Fund, 2019), realização própria*

Anexo 25 - Movimentos Migratórios dos Britânicos, em milhares



Fonte: *(Office of national statistics, 2018), realização própria*